



o crescimento político

Ricardo Badaró

Os 253 dias de Toninho como prefeito de Campinas foram, para todos nós, fator de crescimento. Crescimento principalmente político. Política entendida como "ética da polis", como ele gostava de lembrar. Da cidade que, acreditava, poderia ser melhor e mais justa, se compartilhada por todos. Um sonho acalentado pelas convicções cristãs do homem, pelos ideais de justiça social do político e pela esperança do arquiteto e do urbanista.

Mas sonhos, quantos de nós os temos. A coragem de persegui-los e de realizá-los é que diferenciava Toninho.

Logo no início de sua vida profissional, quando o conheci, passei a admirá-lo pela maneira como aliava sempre, com irrepará-

vel coerência, seus conhecimentos e suas crenças. Arregaçando as mangas da camisa, foi trabalhar com a população da periferia, urbanizando favelas.

Assim, ajudava a organizar o espaço urbano, caótico e desprovido, mas também evidenciava e construía a cidadania.

Desdobramento natural, sua ação encontrou apoio e ressonância no PT e estendeu-se para toda a cidade. Os estudos se aprofundaram. A cidade de Campinas como objeto. História, cultura, economia, sociedade, política e urbanismo como temas.

Conhecimento e paixão devidamente entrelaçados, Toninho chamou para si uma responsabilidade que seus amigos, companheiros e os campineiros de cora-

ção sabíamos ser de todos nós.

Tornou-se, como prefeito, um líder capaz de aglutinar esforços de somar contribuições. Sua verdadeira autoridade emanava da sinceridade e da força com que abraçava seus ideais.

Entusiasmava a todos quando falava de seus ideais. Acreditava ser possível reverter a tendência de degradação, de Campinas em particular, vitimadas por ações pautadas pela falta de compromisso social, pela concentração dos benefícios e pela exclusão.

A recuperação das depauperadas finanças municipais era sua meta inicial, condição para a plena realização dos demais objetivos. Considerava o Orçamento participativo o instrumento adequado não só para alcançar a justa e transparente dis-



Publicado no jornal Folha de São Paulo - Campinas 16/09/2001 em homenagem ao prefeito Toninho, assassinado no dia 10/09/2001.

tribuição dos recursos municipais, mas também para possibilitar e estimular a participação democrática, o exercício da democracia.

Queria ansiosamente a reabilitação urbana do centro da cidade. Reverter a tendência manifesta de degradação, orientar estrategicamente os investimentos públicos, atualizar a legislação, acreditando, a partir disso, na sua capacidade de auto-regeneração.

A negociação para a posse dos antigos pátios ferroviários foi uma grande vitória. A escola profissionalizante a ser implantada em antigo armazém da Fepasa, com recursos que obteve do governo federal, será marco inicial da revitalização dessa área, prioridade já sinalizada com o significativo conserto pela Acid (associação Comercial e

Industrial de Campinas).

A restauração do Palácio dos azulejos e a requalificação do entorno é outro projeto estratégico que mereceu todo o seu empenho, tanto que instalou lá uma extensão do seu gabinete, palco, desde então, de muitos encontros e solenidades expressivas.

Para a periferia residencial, apostava no programa de implantação dos "polos de cidadania". Locais de concentração de equipamentos e de serviços públicos de atenção à educação, à saúde, à promoção social, à cultura e aos esportes. Associados a um terminal de transpotes e a demais áreas de comércio e serviços, irão se constituir em novas centralidades, a conferir identidade aos bairros e a possibilitar o encontro, o convívio, e

favorecer a participação da população na gestão do seu espaço. Externava frequentemente sua grande preocupação com o destino da população que será desalojada para possibilitar a ampliação do Aeroporto Viracopos.

Mesmo reconhecendo o significado desse investimento para a inserção da cidade e do país na economia mundial, afirmava que só o apoiaria se a população recebesse da Infraero tratamento digno e condições de moradia superiores às atuais. O "Projeto Viracopos" nada mais é que o veículo para explicitação destas condições e para aferição de custos.

Ricardo Badaró é arquiteto e urbanista, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas e ex-diretor de Planejamento Urbano da Prefeitura de Campinas.



A photograph of a traditional building with a tiled roof and a stone wall, partially obscured by a large tree and foliage. The text "ENSAIOS TEÓRICOS" is overlaid in white, bold, sans-serif font on the right side of the image.

ENSAIOS TEÓRICOS

À PROCURA DE QUILOMBOS: TERRITÓRIOS NEGROS NO VALE DO PARAÍBA DO SUL

A escravidão do negro no Brasil tem início no século XVI com o sistema de lavouras em grandes propriedades monocultoras formando a colônia agrícola para abastecer o comércio da Coroa Portuguesa. Este sistema necessitava de mão de obra e a África se tornou o criadouro e fonte de escravos. O negro foi então introduzido como componente étnico no território brasileiro, deixando suas marcas indeléveis na cultura brasileira. Este sistema somente começou a ser erradicado quando, com a pressão britânica, o tráfico foi oficialmente extinto em 1850, processo que culminou com a abolição da escravatura no Brasil em 1888. Durante todo o período ocorreram focos de resistência que resultaram em quilombos. Após a abolição da escravatura, como estes locais mantinham uma agricultura de subsistência, se tornaram pequenos centros de abastecimento das cidades. A pesquisa tem por objetivo investigar a toponímia hidrográfica e de sítios, configurações urbanas, visando identificar possíveis territórios negros nas zonas rurais e investigando a hipótese de terem sido centros de abastecimento de viveres e de produtos agrícolas das cidades.

Fernanda Lopes Malerba
 Prof^a Dr^a Jane Victal
 Cultura Urbanística
 na Tradição Clássica

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, durante o período escravocrata, os negros eram instalados nas senzalas, locais que permitiam vista ao senhor. Construídas de pau a pique ou taipa, eram construções simples, alongadas, sem mobiliário, com cubículos destinados a casais e divisões que compartimentavam dormitórios voltados para um pátio. Algumas dessas construções possuíam porões ou calabouços, onde os rebeldes eram encaminhados, tendo apenas pequenas janelas para respiradouro. Em função dos castigos gerados pelo descumprimento de ordens e rebeliões, na frente da senzala haviam instrumentos de tortura como tronco com algemas.

Além da senzala junto ao campo, nas áreas urbanas a rua também era considerada espaço dos negros devido a circulação dos escravos domésticos enquanto realizaram os serviços de levar dejetos para despejá-los aos rios, buscar água ou trazer e levar produtos como roupas, em atendimento às ordens dos senhores. Ao anoitecer, os negros eram contidos e vigiados, só poderiam sair para dar início à mais uma jornada de trabalho e, caso saíssem sem permissão e fossem pegos, eram torturados. Nas noites de sábado e domingo os escravos possuíam uma certa liberdade, podendo usar o tempo para cantar, batucar ou ir a tabernas quando recebiam roupas limpas, porém havia a possibilidade

de serem convocados a realizarem trabalhos leves.

Durante a escravidão ocorriam vários protestos, mas nem todas as revoltas procuravam terminar a escravidão ou causar a liberdade dos escravos. Muitas vezes procuravam "reformular" a escravidão, buscando eliminar os excessos da violência, diminuir os limites da opressão e/ou reivindicar determinados benefícios. As rebeliões passaram a ser frequentes a partir do aumento da população escrava proveniente do tráfico negreiro, aumentando o número de escravos africanos de um mesmo grupo étnico, tornando a pressão branca incapaz de alterar a mentalidade escrava. Com isto, não se submetendo aos valores dos senhores, os escravos adotavam novos comportamentos e instituições a partir da cultura africana. Das diversas formas de protestar, a fuga e posteriormente a formação de quilombos era a mais comum. No século XIX, as revoltas aumentaram em número resultando em fugas de grupos e criação de muitos quilombos. O surgimento de quilombos acarretava à diminuição do trabalho dos cativos e os estimulavam a fugir. Preocupando os fazendeiros por perderem mais escravos, uma vez que os quilombos eram vistos como oposição à ordem escravista visto que atraíam as fugas, os quilombolas invadiam as fazendas e engenhos para resgatar mais escravos. Foram

feitos registros da migração de pequenos grupos buscando abrigos para sobreviver ao sistema escravocrata. Os maiores grupos tinham mais sucesso ao construir moradias e desenvolverem sistemas agrícolas que tinham como objetivo ocultar-se.

2. VALE DO PARAÍBA

Segundo Frederico Carlos Hoehne, a serra da Mantiqueira, serra do Mar e Vale do Paraíba eram cobertos inicialmente por vegetação silvestre composta de florestas majestosas ainda presentes em algumas áreas inacessíveis e campos naturais (SOBRINHO, 1968). Nesta paisagem os nativos já trabalhavam com o solo antes da chegada do europeu, porém em pequena escala, não comprometendo o solo de forma permanente.

Devido à exploração da região do Vale do Paraíba e às atividades econômicas ali eram desenvolvidas, a bacia do Paraíba era atravessada por expedições, com percurso realizado a partir dos rios dos nativos que margeavam o rio. Um dos expedidores, Amador Bueno da Veiga, propôs um "novo caminho" via Mambucaba, que permitiria a circulação de pessoas, gados e cavalos com mercadorias, posteriormente transformando-se em uma rota de escoamento de grande parte da safra cafeeira de Lorena e municípios vizinhos. Porém, também havia outros pontos de travessia ou passagem obrigatória das tropas, como a Garganta do Embaú, Entre-Rios, o porto de Cachoeira e o sertão de Guaipacaré (SOBRINHO, 1968).

Com a presença do europeu (português ou descendente) no sertão do Vale do Paraíba, as primeiras vilas e aldeias começaram a ganhar forma nas principais regiões de ocupação paulista como por exemplo: Jacareí, Taubaté (núcleo bandeirante que tinha mais destaque), Guaratinguetá (ligação com a rota de Parati), litoral fluminense (com o Vale do Paraíba). O povoamento dessas vilas se deu pela mestiçagem entre indígenas e portugueses até que, com a cultura da cana de açúcar surgiu a necessidade de incorporar o africano para a realização da força braçal (escravidão), aumentando a complexidade e as possibilidades de lucro na vida agrícola. Os negros foram submetidos à escravidão, trabalhando nas funções domésticas, fazendas de café e na construção de estradas como a de Taubaté-São Luís do Paraitinga-Ubatuba (SOBRINHO, 1968).

3. A QUESTÃO DO QUILOMBO

No Brasil, o termo quilombo é encontrado pela primeira vez em documentos do século XVIII (FREITAS, 1977). De acordo com Flávio dos Santos Gomes (1995), as comunidades de refugiados eram

conhecidas inicialmente por mocambos, passando a serem chamadas de quilombos posteriormente. Tais palavras tinham origem africana e eram usadas para mencionar acampamentos improvisados.

Em 1740, conforme o Conselho Ultramarino era designado por "quilombo: toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele" (ALMEIDA, 2012, pág. 06). Já as câmeras coloniais no século XVII ou ao longo do século XIX, definiam quilombos como sendo composto por "dois ou mais fugidos" ou quando se tinham ranchos e pilões e, portanto, alguma estrutura econômica mesmo sendo provisória. Uma tipologia econômica surgiu quando Décio Freitas classificou os quilombos em setes tipos: sendo o principal tipo o agrícola que existem em várias regiões; extrativistas encontrados na região amazônica, mercantis que realizavam trocas até com indígenas, mineradores na região MG, MT e GO, pastoris no sul do Brasil, de serviço nas cidades (quilombos suburbanos) e predadores aos quilombos que sobreviviam de saques (GOMES, 1995).

Segundo Gomes, no século XX os quilombos foram definidos em duas categorias pela historiografia, sendo a primeira uma visão cultural (reconhecida fortemente de 1930 a 1950) que diz que estes eram apenas formas de resistência cultural onde os escravos se refugiavam a fim de manter sua cultura intacta, evitando a opressão causada pelo sistema e restringindo-se apenas aos africanos e seus descendentes. A segunda definição é no âmbito materialista (reconhecida fortemente de 1960 e 1970), em que os quilombos são vistos como forma de resistir à escravidão a partir da opressão e maus tratos. Estas duas perspectivas do conceito de quilombo acabaram gerando uma visão marginalizada dessas comunidades, isolando sua formação a partir outras questões e resumindo-se apenas em sua cultura ou luta contra a escravidão (GOMES, 1995). A maioria dos quilombos e mocambos eram criados por escravos fugitivos, chamados Negros da Guiné, considerados inimigos da colonização pelas autoridades coloniais. Entretanto, nem sempre a fuga gerava um quilombo existindo situações propícias para escapadas como, por exemplo, as geradas por motins. Outro fator que aumentou o número das fugas e quantidade de quilombos foram os conflitos coloniais ocorrendo de norte a sul do país além de conflitos fronteiriços havendo muitos quilombos originados de insurreições (GOMES, 2015).

Apesar da predominância de africanos e seus descendentes, os quilombos não eram formados apenas por estes, podendo ter soldados desertores, aventureiros, vendedores, índios ou pessoas perseguidas pela justiça. Nessas comunidades, a produção era administrada por meio de estruturas de parentesco e o poder exercido por homens e

mulheres (REIS, Dezembro/Fevereiro 1995/1996).

Os quilombos tinham crescimento populacional proveniente da adesão de novos fugitivos e da reprodução interna, com gerações nascidas dentro dos quilombos. Os maiores grupos tinham mais sucesso na construção de moradias e desenvolvimento de um sistema agrícola. Tinham como objetivo ocul-tarem-se dos capitães de mato, figura criada pelos senhores das fazendas com a responsabilidade de capturar os escravos fugitivos e levá-los de volta aos seus senhores. A migração era constante, porém, os escravos fugidos se beneficiavam da geografia e topografia para constituírem refúgio transformando planaltos, montanhas, pântanos, cavernas, serras, florestas e rios em pontos estratégicos de fuga.

Os quilombos mais antigos e populosos já contavam com uma estrutura estável, tendo uma agricultura de subsistência e excedentes que eram negociados com vendedores locais, sendo reconhecidos, muitas vezes, como roceiros ou trabalhando ocasionalmente para fazendeiros locais em troca de proteção, mantimentos e dinheiro e assim mantendo contato com escravos cativos. Estes quilombos que se formavam a partir de atividades agrícolas posteriormente geraram vilas de camponeses e mais tarde foram absorvidos pelo processo de urbanização formando os quilombos suburbanos. Estes eram mencionados como "casa de quilombo" e reconhecidos a partir da sua cultura de batuques, com constantes ajuntamentos de fugitivos e calundus.

Havia também pequenos grupos de quilombolas que não tinham acampamentos fixos e mantinham-se economicamente a partir de roubos de viajantes e invasão de fazendas, trocando o que adquiriam nesses furtos com taberneiros que informavam os movimentos das expedições punitivas em troca de armas, munições e aguardente. Além disso, causavam conflitos com os cativos nas senzalas, que tinham medo de que este pequeno grupo sequestrasse as mulheres ou a plantação de suas roças.

A fuga de negros nas cidades era mais fácil de ser encoberta devido à presença comum de crioulos e aos vários trabalhos realizados em solo urbano, sendo difícil identificar os fugitivos. Já nas áreas rurais, estes vivam de forma improvisada, buscando sempre novas alianças na região e andando sozinhos ou acompanhados.

3.1. Economia

Para que os quilombos fossem mantidos era necessário o desenvolvimento de uma base econômica e um sistema de subsistência, podendo variar de acordo com os fatores geográficos locais, mas sempre dispondo da interação com as diversas economias das proximidades, sejam tabernas, lavradores, garimpeiros, pescadores, quitandeiras, realizando parcerias com escravos ou libertos. Essa interação resultava

em trocas comerciais, em que os quilombolas dispunham de várias atividades: agrícola (milho, feijão, algodão, arroz, legumes, frutas, etc. Sendo produto típico a farinha de mandioca), extração de lenha e produção de carvão (como na região do Alto Vale do Paraíba), fabricação de cerâmica e cachimbo, extrativismo, mineração e utensílios da cultura material nas comunidades quilombolas. Como complemento, praticavam saques de fazendas e povoados (GOMES, 2015).

A economia dos quilombos funcionava por meio de acordos de produção e comercialização, tendo acampamentos provisórios afastados dos quilombos para o comércio e estabelecimento de relações com os taberneiros, outros escravos e roceiros, enquanto os quilombos eram mantidos como territórios invisíveis. Essa conexão econômica gerava denúncias sobre a existência dos quilombos, porém dificilmente eram encontrados devido à localização dissimulada desses assentamentos e o cuidado que os quilombolas tinham para preservá-los como território apartado das estruturas coercitivas do poder hegemônico instituído.

4. HIPÓTESE SOBRE A LOCALIZAÇÃO DE QUILOMBOS

A hipótese de localização de quilombos no Vale do Paraíba é de que se encontravam concentrados em duas áreas: primeiro nas proximidades das cidades de Taubaté, Pindamonhangaba e Caçapava e segundo nas proximidades das cidades Bananal, São José do Barreiro e Areias. A base para essas hipóteses, em primeiro lugar, consiste pela qualidade do terreno onde essas cidades localizam-se. Essas áreas localizam-se entre duas serras e encontram-se próximas à hidrografia, possuindo um solo fértil que possibilitava a implantação de fazendas e produção agrícola. Devido à proximidade com as serras da Mantiqueira e do Mar, os quilombos seriam facilmente camuflados e protegidos, dificultando o acesso devido à mata fechada e ao terreno íngreme, além da vantagem da proximidade das fazendas de café e cidades, favorecendo as trocas comerciais e abastecimento de víveres nestas localidades.

A proximidade com a hidrografia permitiria o abastecimento hídrico ao quilombo e a produção agrícola, possibilitando ao quilombo uma agricultura de subsistência e produção de excedentes para negociação e venda nas cidades. A hidrografia também poderia significar migração, assim como os antigos caminhos existentes na região do Vale do Paraíba que interligavam cidades e portos. Posteriormente, com a construção da ferrovia que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, os quilombos nas cidades próximas à ferrovia poderiam estar relacionados com o abastecimento de víveres. Entretanto, com a implantação desta, os antigos caminhos perderam a importância na circulação como, por exemplo, a estrada que ligava

Taubaté, São Luís do Paraitinga e Ubatuba, podendo ter passado a ser utilizada por quilombolas. Estes pequenos caminhos davam acesso as cidades com menor dinamismo urbano e, possivelmente, passaram também a interligar quilombos, criando uma rede de contato entre eles. Pela distância da ferrovia, cidades como Paraibuna, Natividade da Serra, São Luís do Paraitinga, Redenção da Serra, Jambeiro e Lagoinha podem ter sido abastecidas por produção agrícola de pequenos quilombos localizados nessa região.

Outra questão levada em consideração para a hipótese da localização de quilombos foi o número de escravos registrados por cidades, assim como a localização das fazendas de grandes cafeicultores e os pertences destas fazendas, a configuração urbana religiosa das cidades e os maiores produtores de café na região. Nestas análises pôde-se constatar que as cidades de Bananal, Areias, São José do Barreiro, Taubaté, Pindamonhangaba e Caçapava possuíam um número alto de escravos registrados em 1884, além da configuração urbana religiosa com a presença de Largo do Rosário e, em algumas, da Igreja do Rosário, assim como eram próximas de recursos hídricos e estradas. Com a abolição da escravatura, enquanto parte destes escravos permaneceram nas áreas urbanas ocupando pequenos serviços, outra parte considerável pode ter sido incorporada aos quilombos rurais dedicando-se a agricultura e conseqüentemente ao abastecimento de víveres e produtos aos centros urbanos.

A hipótese sobre esses dois quilombos não exclui a possibilidade da existência de mais quilombos, aliás, acredita-se que estes dois quilombos próximos a Taubaté e Bananal seriam os maiores da região do Vale do Paraíba Paulista e que possuíam uma trama que interligaria mais quilombos da região. Essa questão da malha de caminhos entre os quilombos gera a possibilidade de que os quilombos existentes nas cidades desfavorecidas pela implantação da ferrovia tenham se juntado aos quilombos maiores.

Tabela 1. Número de Escravos Registrados e Morfologia Urbana Religiosa das Cidades do Vale do Paraíba Paulista.

Cidade	Nº. Escravos (1884)	Morfologia Urbana Religiosa
Bananal (+ Arapeí)	6.928	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Taubaté	4.537	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Pindamonhangaba	3.705	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
S. José do Barreiro	2.634	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Lorena (+ Piquete, Canas, Cachoeira Paulista)	2.370	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
Caçapava	2.200	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Areias	2.083	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
S. Luís do Paraitinga	1.642	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
Silveiras	1.636	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Cunha	1.575	Igreja Matriz, Largo do Rosário
S. José dos Campos (+ Igaratá, Monteiro Lobato)	1.558	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Jacareí	1.458	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
Queluz	1.095	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
Cruzeiro	1.088	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Paraibuna	951	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
Santa Branca	768	Igreja Matriz, Igreja e Largo do Rosário
S. Bento do Sapucaí (+ Campos do Jordão, S. Ant. do Pinhal)	647	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Ubatuba	638	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Redenção da Serra	412	-
São Sebastião	373	-
Natividade da Serra	282	Igreja Matriz
Jambeiro	282	Igreja Matriz, Largo do Rosário
Guaratinguetá	97	Igreja Matriz, Largo do Rosário

Também há a hipótese de que, no Vale do Paraíba Paulista, na virada do século XIX para o XX, existissem três aglomerados urbanos associados à vetores de expansão distintos. Primeiro, tendo como principal núcleo urbano a Cidade de Taubaté, se expandindo a partir do eixo de ligação com São Paulo e litoral norte do estado. O segundo, tendo a cidade de Lorena por núcleo de irradiação, se desenvolveria em direção a Minas Gerais pela Garganta do Embaú e em direção ao litoral passando por Cunha. Finalmente, o aglomerado nucleado por Bananal, cuja expansão se vincularia ao eixo de ligação com a cidade do Rio de Janeiro. Esses três aglomerados urbanos também estão interligados entre por meio da ferrovia.

5. A QUESTÃO DO QUILOMBO E DO ABASTECIMENTO DAS CIDADES

A presença dos quilombolas nas atividades econômicas, muitas vezes era semelhante às atividades dos cativos como, por exemplo, as roças de subsistência. Participavam de feiras e mercados locais durante os finais de semana, considerados "dias livres" dos cativos, onde montavam quitandas para vender seus produtos agrícolas, estabelecendo relações mercanti-

que vendiam produtos provenientes dos arredores e quitadeiras, constituindo um mercado informal e, portanto, trazendo conflitos com as autoridades locais, até que posturas políticas aprovaram a presença das quitandas, além da fiscalização dos alimentos para garantir qualidade aos consumidores.

Nas cidades provincianas de São Paulo existia a "Rua das Casinhas", onde pequenas casas conjugadas abrigavam o comércio e abasteciam a população de insumos agrícolas. Essas casinhas possuíam apenas uma repartição, eram baixas e com telhados pontiagudos, possuíam bancos de tábuas, ganchos de ferros, pesos e balanças. Nelas, os agricultores exibiam os produtos cultivados em suas lavouras para, assim, comercializá-los. Foram construídas no período de 1770-1773 como propriedade municipal. Após a construção do mercado da 25 de março, em 1867, passaram a ser "alugadas" por taberneiros, açougueiros e quitandeiros, sendo demolidas em 1874.

A partir do caso de São Paulo pode-se levantar a hipótese de que situação semelhante ocorria em outras cidades do interior paulista, como, por exemplo, as da região do Vale do Paraíba. Portanto, além das feiras e mercados locais, pode-se supor que os quilombolas abasteciam as cidades com sua produção agrícola e de víveres. Além da atividade econômica, a hipótese ganha força devido à localização da "Rua das Casinhas" que, em São Paulo, localiza-se próximo à Igreja do Rosário, cruzando a Rua do Rosário, gerando uma trama de coincidências: morfologia urbana religiosa negra e atividade econômica a partir de produtos agrícolas, possivelmente produzidos nos quilombos.

Núcleo	Cidades Aglomeradas
Taubaté	Guaratinguetá, Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal, Pindamonhangaba, Tremembé, Caçapava, Monteiro Lobato, São José dos Campos, Igaratá, Guararema, Lagoinha, São Luís do Paraitinga, Ubatuba, Natividade da Serra, Redenção da Serra,
	Jambeiro, Santa Branca, Paraibuna, Caraguatatuba e São Sebastião
Lorena	Cahoeira Paulista, Canas, Piquete, Silveiras e Cruzeiro
Bananal	Arapeí, São José do Barreiro, Areias, Queluz e Lavrinhas

listas e, ao mesmo tempo, acoberando visualmente sua presença devido à permissão dos escravos a realizar esta prática. Desde dentro das fazendas, os escravos buscavam autonomia por meio do cultivo de roças, lutando por isto e modificando as relações de trabalho.

Segundo Carolina Celestiano Giordano, São Paulo era abastecida a partir de mercados formal e informal, que geravam um dinamismo no seu entorno. No final do século XVIII haviam "casinhas"

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha orientadora, e professora da graduação, Jane Victal pela oportunidade de realizar a pesquisa, pelas reuniões que permitiram meu crescimento como futura arquiteta, pesquisadora e pessoa, pelo apoio e incentivo nas horas mais difíceis e por toda a ajuda e contribuição durante a pesquisa. Ao CNPq pela aprovação do tema para a pesquisa. Aos meus pais e amigos pelo apoio e incentivo em relação à iniciação científica, às novas amizades que fiz através da iniciação científica e ao apoio e ajuda destes novos amigos durante o período da pesquisa. E por último ao meu padrinho historiador Marcos Antonio Lopes Veiga pelas conversas sobre o tema da pesquisa, suporte, indicações de livros e conversas produtivas e agradáveis sobre a história do negro no Brasil e economia do café.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, N., Coelho, O. G. P. História e Geografia do Vale do Paraíba. Vassouras: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras. 2013

GIORDANO, C. C. Ações Sanitárias na Imperial Cidade de São Paulo: Mercados e Matadouros. 218f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2006.

GOMES, F. S. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – séc. XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, F. S. Mocambos e Quilombos: Uma história do Campeonato Negro no Brasil. Editora Claro Enigma. 2015
RICHARD, P. Momsen, Jr. Routes Over The Serra do Mar. Sem data.
Sobrinho, A. M. A Civilização do Café (1820 – 1920). Editora Brasiliense. 2ª Edição, 1968.

O PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS DE CAMPINAS E O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS NO CENTRO URBANO (1938 e 1960)

O objetivo da pesquisa foi analisar o processo de desapropriação de imóveis no centro urbano de Campinas entre 1938, quando a legislação do Plano de Melhoramentos Urbanos foi aprovada, e a década de 1960, processo este que permitiu a verticalização no antigo centro histórico. O processo de especulação fundiária no centro histórico de Campinas entre as décadas de 1940 e 1960 foi viabilizado pelas desapropriações que foram previstas no Plano de Melhoramentos Urbanos de 1934. Neste período, a atuação de agentes sociais locais envolvidos na construção civil, em nome do "progresso" e da liberação do solo da área central, acarretou na demolição do patrimônio arquitetônico eclético construído durante o período cafeeiro. Compreender este processo complexo de transformação da cidade foi uma meta deste estudo. As metodologias adotadas são: a da história social e da cartografia histórica. A primeira permitiu, através da análise de um conjunto de relações sociais, uma abordagem mais ampla do estudo de caso; e a segunda, permitiu a espacialização da ocupação urbana do centro histórico de Campinas.

Larissa Escandoleiro de Oliveira

Prof^a Dr^a Ivone Salgado
História das Cidades: Ocupação territorial e Ideários Urbanos

1. INTRODUÇÃO

Com o crescimento industrial na cidade de Campinas, principalmente a partir da década de 20, surge também um aumento significativo na expansão urbana, devido ao crescimento populacional (novas habitações) e utilização do automóvel (remodelações no sistema viário). A partir deste cenário, as autoridades municipais começaram a pensar na possibilidade da contratação de um plano urbanístico. Envolvidos pelo sentimento de bairrismo e orgulho pela cidade, os intelectuais da elite dominante da época, que já conheciam a importância do significado de se ter um plano de urbanismo, fortaleceu ainda mais a vontade dos campineiros de tomar Campinas uma grande e moderna cidade. Esse anseio implicou também a necessidade de eliminar as características do século passado que impedia a aparência da tão sonhada grande cidade. [1] Em 1929 o engenheiro Anhaia Mello, convidado pelo município, entregou um relatório com suas principais propostas para um plano de urbanismo que incluía a criação de um Master Plan para Campinas. Este engenheiro da Escola Politécnica de São Paulo também sugeriu que fosse criada uma Comissão de Urbanismo. [2] Segundo Ricardo Badaró, Anhaia Mello não manteve sequências de suas pesquisas, e acrescenta que provavelmente a continuação foi prejudicada devido à revolução de 1930.[1] A criação do Plano de Urbanismo foi retomada outra

vez em 1933, com a palestra do engenheiro Carlos W. Stevenson, que acentuou novamente a importância da criação de um Plano de Urbanismo para a cidade.[2] Stevenson cria um esboço de um plano geral de avenidas para a cidade, semelhante ao apresentado por Prestes Maia posteriormente. Na opinião de Ricardo Badaró, Stevenson e Maia poderiam ter tido contatos anteriores e sua palestra poderia ter sido o principal marco para, em 1934, Prestes Maia ser contratado pelo município para estudar um plano de urbanismo para Campinas.[1]

2. PROPOSTAS PARA O PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS

No início da concepção do Plano de Melhoramentos, Prestes Maia previa que sua abrangência deveria incluir necessidades do município e região. Porém, em 1936, na primeira exposição das propostas, se apresenta o alcance do plano somente no âmbito da cidade. Com relação ao âmbito viário, Prestes Maia propõe vias radiais e perimetrais que contornariam os limites da cidade. Sugere também vias concêntricas que contornariam o Centro histórico e fariam ligações com as radiais e perimetrais. Em relação ao centro histórico, Prestes Maia propõe o alargamento das ruas e criação de novos edifícios públicos, justificando assim as demolições que seriam ne-

cessárias para a realização destes objetivos como um avanço para tornar Campinas uma cidade moderna. [1] Contudo, nem todas as propostas detalhadas por Prestes Maia foram colocadas no Texto Final do Relatório do Plano de Melhoramentos Urbanos que foi aprovado no Ato nº118, de 23 de abril de 1938. Ao analisar a situação do sistema viário central de Campinas, Prestes Maia argumenta que as ruas de circulação central são estreitas, mas são longas e não possuem grandes fluxos de veículos. [3] Ele justifica as mudanças que possam ser feitas na área central não devido a algum problema efetivo com a tipologia das ruas centrais, e sim para melhora do conforto e da estética visual do centro. A proposta feita por Prestes Maia para solucionar o problema das ruas muito estreitas e de circulação incômoda, seria de alargamento de ruas que se tornariam as artérias principais da cidade remodelada. Sendo que duas seriam avenidas centrais, perpendiculares entre si, além de duas avenidas de ligação e com uma perimetral interna contornando toda a região central. [1] Foram escolhidas, para serem as duas artérias centrais as avenidas Campos Sales e Francisco Glicério. As duas avenidas se encontrariam no Largo do Rosário, considerado como o centro cívico da cidade. Porém sugere-se também a ampliação do largo até a outra praça, se estendendo até a Rua José Paulino, com a demolição da Igreja do Rosário. A perimetral interna foi proposta pelas seguintes ruas: Benjamin Constant, Irmã Serafina, Cônego Cipião e José Paulino. Além de outras propostas de alargamentos complementares em outras ruas do centro de Campinas. Foi enfatizado também no plano a importância de se destacar os novos edifícios públicos que seriam construídos na área central, para que pudessem ser grandiosos e localizados se possível em "pontos focais, eixos, praças e pontos dominantes". [3] Prestes Maia propõe para a o centro de Campinas a construção dos seguintes edifícios, considerados por ele de grande importância para o processo de modernização do centro de Campinas: Paço Muni-

cipal; Fórum e repartições estaduais; Correios e Telégrafos; Hotel; Centro de Comunicações (Biblioteca Pública; Sala de Conferências; Museu; etc...) [1]

3. PRIMEIRA FASE DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS

Como dito anteriormente, o Ato nº 118 aprovou o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas em 1938, porém de acordo com Ricardo Badaró, o marco do início da implantação do Plano foi em 1936, quando o Largo da Catedral foi remodelado e alargado um trecho da Rua Francisco Glicério. [1] Depois de 1938, com o Plano de Melhoramentos Urbanos aprovado, os alargamentos necessários nas avenidas centrais foram sendo realizados lentamente nos primeiros anos, pois foi usada a tática prevista no Ato nº118, de que somente seriam desapropriados os imóveis nas ruas previstas de alargamento quando houvesse interesse do proprietário na criação de novas construções ou reformas, sendo assim as novas construções e reformas aprovadas teriam que respeitar o novo recuo da rua ou avenida da qual o terreno estaria situado. A estratégia permitiu também que somente quando 2/3 da quadra estivesse com o novo recuo a prefeitura poderia desocupar o restante da quadra. [1] Segundo Antônio da Costa Santos, foi encontrado nos relatórios municipais de 1939, 1940 e 1941 o prosseguimento das atividades estabelecidas no plano, tal como as desapropriações para os alargamentos, principalmente das ruas Campos Sales, General Osório, Francisco Glicério, Conceição, Benjamin Constant, Irmãos Bierrembach, Orosimbo Maia, José Paulino e Padre Vieira. [4] As desapropriações mais significativas entre 1938 e 1939 foram: todo quarteirão da Rua José Paulino, Av. Campos Sales, Rua Regente Feijó e Rua General Osório para a construção do Fórum e o início do alargamento da Rua Conceição, entre as ruas Barão de Jaguará e Francisco Glicério. [4]

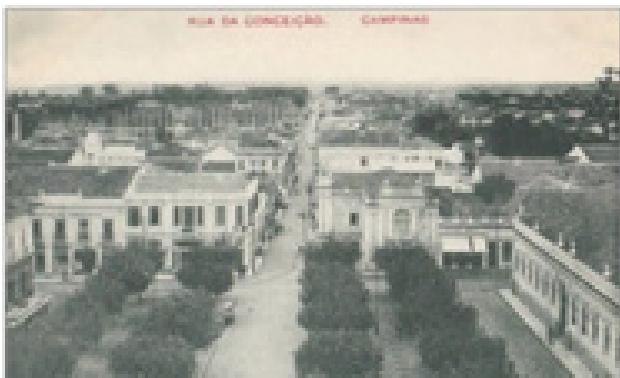


Figura 1. Rua Conceição antes do alargamento. Fonte: Acervo Museu da Imagem e do Som de Campinas.



Figura 2. Rua Conceição depois do alargamento, trecho da Av. Francisco Glicério até a Rua Barão de Jaguará. Fonte: Acervo Museu da Imagem e do Som de Campinas.

Na primeira fase de implantação do plano de melhoramentos urbanos, o ano de 1942 foi o que apresentou maior número de desapropriações (37), seguido dos anos de 1941 e 1943 (23). Em contraponto, os anos de 1944 e 1945 apresentaram o menor número de desapropriações. (Ver gráfico 1)

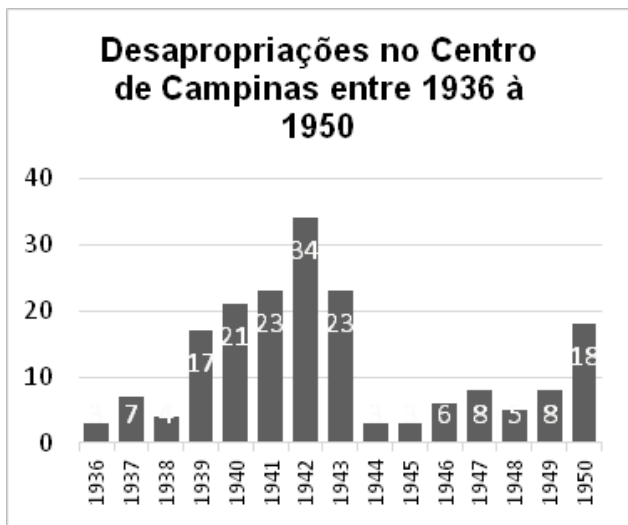


Gráfico 1. Desapropriações no Centro de Campinas entre 1936 a 1950, caracterizado pela primeira fase de Implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos. Fonte: Dados foram retirados da "Tabela Anual de Desapropriações para efetivar as medidas previstas no Plano de Melhoramentos Urbanos" dos anos citados.

3.1. Novos edifícios

O processo de verticalização do centro de Campinas começou juntamente com o período dos alargamentos das vias centrais. Antes da aprovação do plano de melhoramentos, apenas o edifício Santana, o primeiro edifício vertical da cidade – localizado na Rua Barão de Jaguara esquina da Rua Cesar Bierrenbach – com 7 pavimentos, se destacava dos demais edifícios do centro, sendo a maioria dos edifícios compostos por casarões e sobrados com no máximo 3 pavimentos. Porém, com o início das obras do plano de melhoramentos, se intensifica a construção de edifícios verticais substituindo os antigos casarões que foram sendo demolidos para o alargamento das ruas. O plano de melhoramentos urbanos não determinou diretrizes para a altura dos novos edifícios construídos, com exceção do largo do Rosário que foi delimitado a altura dos novos edifícios à 6 pavimentos (sem incluir o térreo), toda a área central seguia os limites determinados pelo código de obras de 1934 que "limitava o número máximo de pavimentos das edificações em função da largura das ruas e fixava, para as principais ruas da área central, o mínimo de 2 pavimentos". Não se permitia a construção de edifícios com alturas maiores que três vezes a largura da rua e devido as ruas necessárias de alargamento no centro da cidade, se possibilitaria grandes alturas para os edifícios construídos nestas ruas. [1] Mesmo não tendo uma legislação que regulamentasse as alturas dos edifícios, os agentes da prefeitura responsáveis pela

execução das obras realizadas na cidade tentavam restringir para no máximo 6 pavimentos (sem incluir o térreo) os novos edifícios construídos na região central. Durante o período da guerra, entre 1943 à 1945, as obras dos novos edifícios diminuíram, devido ao aumento de preço dos materiais de construção. Contudo ao ser retomada as construções, o ritmo das obras aumentaram consideravelmente pois a cidade apresentou grande demanda de adensamento vertical de ocupação no centro, fazendo com que a especulação imobiliária se tornasse beneficiada da legislação vigente e conseguisse permissão para a construção de edifícios de habitação coletiva e de serviços demasiadamente maiores do que a restrição sugerida pelos agentes municipais anteriormente. [1] Finalizando a década de 40, a cidade de Campinas já se apresentava com uma nova aparência, onde se podia localizar os trechos já alargados das principais ruas do centro, como também a diferença na paisagem, antes tomada por casarões e sobrados das décadas anteriores, sendo substituída pelos edifícios verticais nas principais esquinas e ruas da cidade.

3.2. Revisão do Plano de Melhoramentos em 1951

Em 28 de dezembro de 1951 foi promulgada a Lei nº 620, que aprovou a revisão do Ato nº 118 de 23 de abril de 1938, que dispõe sobre o Plano de Melhoramentos Urbanos. A principal modificação feita por essa lei na área central foi a troca das ruas que iriam compor a perimetral interna, onde essas ruas também se prolongariam para servir de conexão para as radiais. A perimetral interna ficou composta pelas Avenidas Moraes Sales, Senador Saraiva, Irmã Serafina, Anchieta e Rua Benjamin Constant. Outra proposta aprovada pela Revisão do plano de melhoramentos para a areal central foi a de construir um viaduto que faria ligação entre as avenidas Moraes Sales, João Jorge e Senador Saraiva, passando por cima da linha férrea da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Essa proposta permitiu posteriormente as desapropriações para a construção do viaduto Cury.

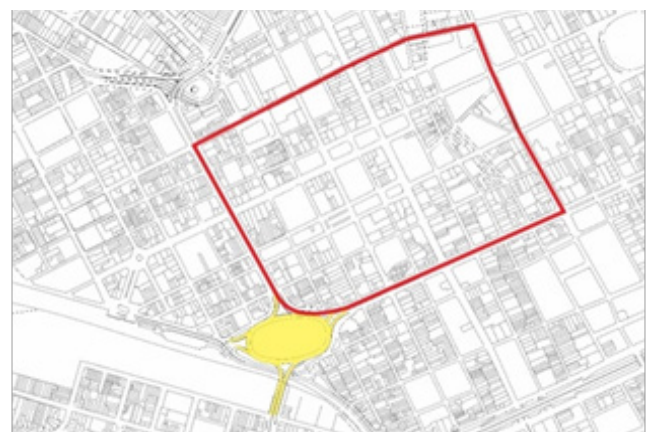


Figura 3. Recorte feito no Mapa de Campinas em AUTOCAD de 2005 destacando (em vermelho) a nova perimetral interna e (em amarelo) o Viaduto Miguel Vicente Cury, ambos foram propostos na Revisão do Plano de Melhoramentos de Campinas. Fonte: Planta em AUTOCAD da Prefeitura Municipal de Campinas de 2005.

No Artigo 5º, a lei especifica como seriam incluídas no orçamento as obras necessárias para a execução das desapropriações na área central, o orçamento municipal deveria deixar 5% das verbas municipais para as obras. Já no Artigo 9º, se promulga um zoneamento provisório, enquanto não se conclui um estudo aprofundado do zoneamento da cidade. Nas zonas C1 e C2 (área central), de acordo com o artigo nº 11 da Lei nº 640, as novas construções deveriam ter, com relação à altura, no mínimo 22m e 6 pavimentos, incluindo o térreo. Quando o edifício ultrapassasse a altura mínima teria que respeitar um recuo de 2,50m nas laterais e 4m na fachada. Porém, tanto as alturas quanto esses recuos exigidos para as novas construções, não conseguiram resistir ao mercado imobiliário, que estava se fortificando cada vez mais na zona central com intensa ocupação vertical. Em consequência destes avanços do mercado imobiliário no processo de verticalização do centro, na década de 50 começou a surgir novos edifícios verticais, com alturas de 10, 12 e 15 pavimentos. Como a cidade ainda não possuía a Comissão de Planejamento Urbano, a imprensa mais crítica fazia o papel de pedir que se limitasse a altura dos edifícios. Porém, também havia os que defendiam as grandes alturas dos edifícios, considerando um avanço para a cidade o desaparecimento dos antigos casarões do século XIX para dar lugar aos grandes edifícios modernos. Uma das mudanças mais importantes também incentivadas pela Lei de Revisão do Plano de Melhoramentos

Urbanos está presente no artigo 6º, onde se permite que o processo de desapropriação para os melhoramentos das vias sejam mais rápidos, a partir da promoção de desapropriações em série pelo governo municipal utilizando o valor estipulado no orçamento para este fim. Porém, Badaró afirma que esse artifício não foi utilizado pela administração municipal entre 1952 à 1955 devido à falta de recursos. Conseguiu-se somente realizar poucas desapropriações na Av. Francisco Glicério, e outras ruas somente eram desapropriadas quando havia construção de novos edifícios. [1]

4. SEGUNDA FASE DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS

As obras na área central tomaram um novo ritmo a partir da gestão do prefeito Ruy Hellmelster Novaes (entre 1956 e 1959), que provido de recursos federais, pôs rigorosamente em prática a estratégia já aprovada pela Lei nº 620, que daria ao município o poder de desapropriar quadras inteiras das ruas do centro de Campinas para serem alargadas, conforme o Plano de Melhoramentos solicitava. Entre as demolições em massa ocorridas neste ano, podemos destacar a desapropriação de duas grandes e importantes construções históricas de Campinas: A Igreja do Rosário, declarada de utilidade pública pela Lei nº 1457 de 25 de abril de 1956 e o torreão do Palácio da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, desapropriado pelo Decreto nº926 de 8 de setembro de 1956.



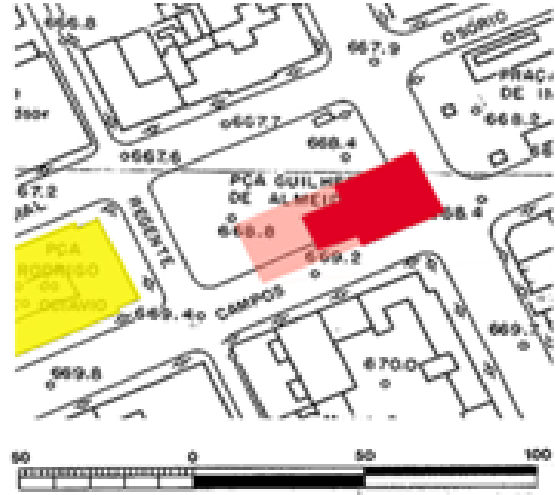
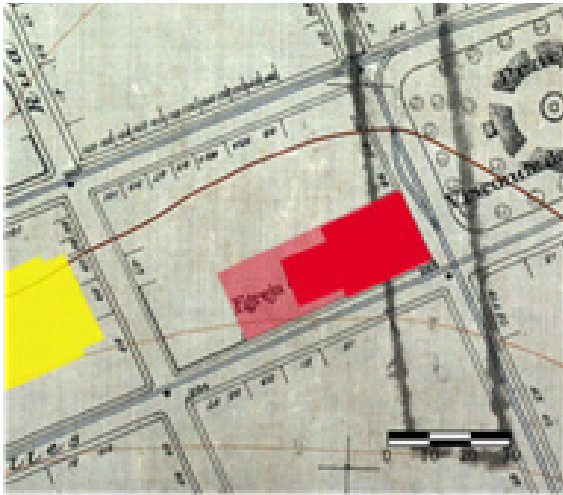
Figura 4. Praça Visconde de Indaiatuba e Igreja do Rosário. Fonte: <https://campinas-nostalgica.wordpress.com>.

Figura 5. Palácio da Mogiana dec de 30 com as duas torres. Fonte: <http://www.campinasdeantigamente.com.br/2015/02/palacio-da-mogiana.html>.

A sociedade campineira, em meio a esses acontecimentos, era manipulada pela imprensa local, que fazia crescer o conformismo pelas demolições sendo executadas, criando até certo desprezo pelos antigos casarões, apreciando em contrapartida as grandes alturas dos novos edifícios construídos sobre os novos alinhamentos das ruas da área central.

Para Ricardo Badaró, a construção do viaduto Miguel Vicente Cury em 1962 foi o que encerrou a implan-

tação do plano de melhoramentos urbanos, pois as obras no centro já estavam praticamente todas concluídas, faltando apenas algumas complementações, que somente seriam feitas posteriormente, devido ao período de recessão econômica que o país sofreu de 1962 à 1967.



Figuras 6 e 7. Quadra delimitada pelas ruas/avenidas: Avenida Francisco Gicério, Avenida Campos Sales, Rua Regente Feijó e Rua General Osório definindo a delimitação da Igreja do Rosário (vermelho opaco), do lote (vermelho translúcido) e do motivador da demolição da Igreja do Rosário, o Fórum (amarelo). Fonte figura 6: Planta Cadastral de Campinas de Macedo Vieira de 1929. Departamento do Patrimônio Histórico de Campinas, Secretaria de Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas. Escala 1:1000. Fonte figura 7: Planta de Campinas de 1982, Centro de Apoio Didático, CEATEC, PUC Campinas.

O período composto pela segunda fase de implantação do plano foi caracterizado pela aceleração das obras de implantação do plano de melhoramentos urbanos e por ter sido o período onde ocorreu o maior número de demolições e desapropriações de imóveis.

5. CONCLUSÃO

Campinas a partir da década de 20 intensifica seu desenvolvimento a partir da instalação de indús-

trias por todo seu perímetro urbano, tornando-se uma cidade industrial, sendo assim, sua expansão e crescimento era inevitável. Preocupados com esse aumento populacional, os intelectuais e agentes municipais da época procuravam possibilitar um plano de urbanismo que ordenasse e direcionasse todo o crescimento territorial, como também que transformasse a cidade de Campinas em um exemplo de cidade modernizada. Fortalecidos muitas vezes, pelo ideário de ser preciso remover características que configuravam a cidade nos séculos passados para atingir tal objetivo. Para realização do Plano de Urbanismo o município contratou o engenheiro Prestes Maia em 1934, mesmo ano em que se aprova o Código de Construções da cidade. Porém, em 1936, quando foi apresentada a primeira proposta de Prestes Maia, se delimita o alcance do plano e este passa a ser denominado de Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas. Após 4 anos de estudos e elaboração, o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas foi aprovado pelo Ato nº 118 no dia 23 de abril de 1938. Durante todo o período de implantação do plano de melhoramentos urbanos, para ser executado as obras de alargamentos e aberturas das ruas e avenidas, foram desapropriados inúmeros imóveis na região central. Dentre eles muitos edifícios públicos, casarões e sobrados dos séculos XIX de arquitetura neoclássica e eclética foram demolidos. O ano com a maior quantidade de imóveis declarados de utilidade pública foi o de 1962, com 166 edifícios desapropriados, seguido pelo ano de 1960, com 140 imóveis.

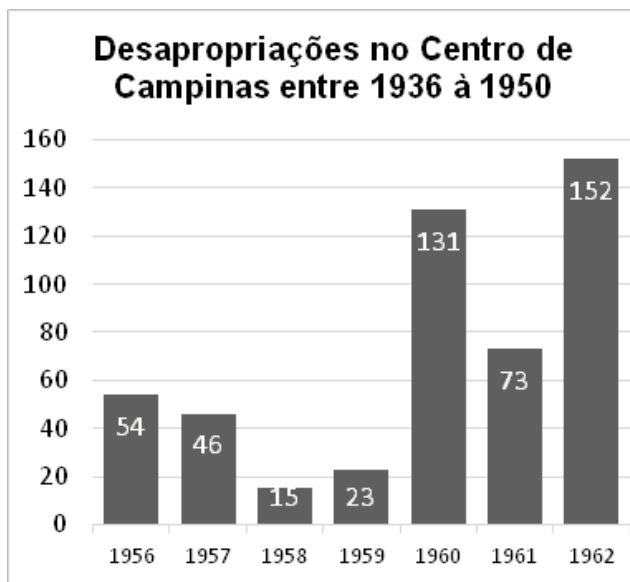


Gráfico 2. Desapropriações no Centro de Campinas entre 1956 a 1962, caracterizado pela Segunda fase de implantação do Plano de Melhoramentos. Fonte: "Tabela Anual de Desapropriações para efetivar o Plano de Melhoramentos Urbanos".

trias por todo seu perímetro urbano, tornando-se uma cidade industrial, sendo assim, sua expansão e crescimento era inevitável. Preocupados com esse

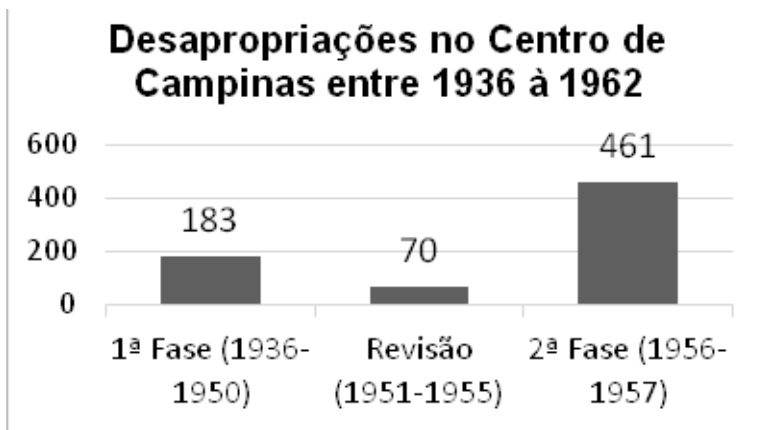


Gráfico 3. Desapropriações no Centro de Campinas por Períodos. Fonte: "Tabela Anual de Desapropriações para efetivar o Plano de Melhoramentos Urbanos".

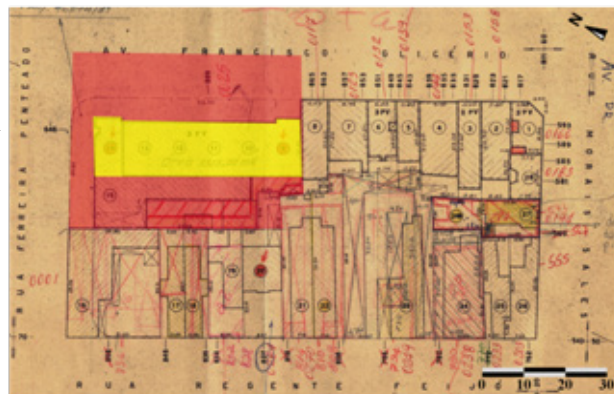
As avenidas Campos Sales e Francisco Glicério, foram as principais ruas da proposta de remodelação do centro histórico da cidade, como também foram as ruas que mais se transformaram devido as obras de alargamentos das mesmas. Juntamente com as desapropriações e demolições ocorridas durante a execução do plano de melhoramentos, se iniciou o processo de verticalização da área

central. Os antigos casarões e sobrados começaram a dar lugar aos arranha-céus modernos que seguiam os novos recuos das avenidas alargadas. Foi o caso do sobrado do Dr. Guilherme Alves da Silva, que durante décadas foi sede da Escola Complementar e foi demolido em 1941 para as obras de Alargamento da Av. Francisco Glicério, e posteriormente no mesmo local foi construído o edifício Cury (antigo Hotel Terminus)



Figuras 8 e 9. Figura 8. Demolição da Igreja do Rosário em 1956. Fonte: Fotografia V8, Centro de Memória da UNICAMP. Figura 9. Vista Aérea da quadra delimitada pelas ruas/avenidas: Avenida Francisco Glicério, Avenida Campos Sales, Rua Ferreira Penteadó e Rua General Osório atualmente. Em destaque a delimitação da Igreja do Rosário (vermelho opaco), do lote (vermelho translúcido) e do Fórum (amarelo). Fonte: Google Earth, 16 de agosto de 2012.

Figura 10. Quadra delimitada pelas ruas/avenidas: Avenida Francisco Glicério, Avenida Dr. Moraes Sales, Rua Regente Feijó e Rua Ferreira Penteadó com numeração do emplacamento de 1929. Em destaque os lotes dos casarões demolidos (vermelho translúcido) e o Edifício dos Correios e Telégrafos (amarelo). Fonte: Cadastro da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Campinas, 2014.



Portanto, como resultado final desta pesquisa, foi possível compreender o processo das desapropriações ocorridas para executar as obras de alargamento e abertura de vias durante a implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos da Cidade de Campinas, elaborado pelo engenheiro Prestes Maia. Além de compreender os processos necessários para as desapropriações, também se pode relacionar o começo das reformas do plano de melhoramentos com o início da verticalização em Campinas. Por fim, foram estabelecidas análises que permitiram quantificar os imóveis desapropriados e localizar edifícios demolidos de grande importância histórica neste período.

REFERÊNCIAS

- [1] BADARÓ, R. (1996), Campinas: o despontar da modernidade, CMU/UNICAMP, Campinas, SP.
- [2] KROGH, D. da S. S. (2014), O Plano de Melhoramentos Urbanos e a construção da cidade burguesa em Campinas (1934-1962), Projeto de doutoramento, PUC Campinas, Campinas, SP.
- [3] MAIA, P. (1938), Relatório do Plano de Melhoramentos Urbanos - Ato nº118, Prefeitura Municipal de Campinas, Campinas, SP.
- [4] SANTOS, A. da C. (2002), Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992), Editora da UNICAMP, Campinas, SP.

ESTUDOS DE CENÁRIOS DE INFRAESTRUTURA A PARTIR DO URBANISMO ECOLÓGICO

A pesquisa trata da elaboração de cenários, pautados em práticas do urbanismo ecológico, para ocupações em áreas de risco como formas de encarar as fragilidades das áreas e propor soluções que fogem ao urbanismo convencional, mas que promova princípios flexíveis adaptados à singularidade de cada lugar e traga novas possibilidades de infraestrutura necessária e emancipatória para um planejamento de gestão urbana na problemática social das cidades brasileiras. É tido como estudo de caso a cidade de Campinas, na região onde se concentram os bolsões de pobreza, com recorte na microbacia Novo Maracanã, inserida na bacia hidrográfica do rio Piçarrão.

Stefanie Ap. Rubia Santos

Laura Machado de Mello Bueno
Políticas Territoriais e a Água
no Meio Urbano

1. INTRODUÇÃO

O enfrentamento do problema das crises sociais e ambientais nas cidades dos países "em desenvolvimento" e das sociedades capitalistas, depende da implementação de uma cidadania completa, com um estado bem organizado e com capacidade de intervenção e realização de investimentos, para uma completa urbanização das cidades que atenda a um urbanismo sustentável [1]. O urbanismo sustentável é "aquele com um bom sistema de transporte público e com a possibilidade de deslocamento a pé, integrado com edificações e infraestrutura de alto desempenho, articulando a compacidade (densidade) e a biofilia (acesso humano a natureza)." [2]. A incorporação nos novos empreendimentos dessa problemática urbana remete ao planejamento e gestão, com uma abordagem da questão ambiental para áreas urbanas no Brasil, visto que poucas vezes os elementos do meio ambiente são incorporados de maneira geral nas soluções urbanísticas [2].

É importante conhecer a gestão e o planejamento no ambiente urbano – agentes envolvidos e suas institucionalidades, através dos arquivos e legislações existentes, pois segundo Carlos Matus, "Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceitá-lo seja ele qual for" [3].

A urbanização vem promovendo impactos significativos, devido ao aterramento de áreas baixas, crescente impermeabilização do solo, concentração das águas pluviais e utilização principal da rede

hidrográfica como escoadouro das águas pluviais e servidas, através de retificação, canalização e aterramento de córregos, ribeirões e nascentes. No caso de assentamentos precários soma-se o impacto ambiental à criação de situação de risco de vida e perdas materiais a população já em vulnerabilidade social [1].

Frente a essa problemática, foi realizado o estudo de um recorte espacial no município de Campinas, com incidência de assentamentos precários e irregulares. Foram estudadas informações sócio espaciais para elaboração de cenários, que caracterizem a área no passado, na atualidade e no futuro, partindo da vertente de um futuro desejado e um tendencial do ponto de vista da bacia hidrográfica, considerando-se o desenho urbano mais adaptativo para constituição do direito à cidade justa e sustentável.

A proposta de integrar a teoria social crítica com práticas do urbanismo ecológico, como forma de colaborar no aprimoramento das políticas públicas e das práticas sociais, apoia-se no reconhecimento de que a questão ambiental no meio urbano é central [4]

2. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

A metodologia consistiu na análise integrada da situação atual do local e futura, procurando-se compreender a dinâmica do contexto regional e intra-urbano

quanto à dinâmica da produção do espaço, inclusive o Plano Diretor e legislação urbanística pertinente. São utilizadas delimitações espaciais de subbacias, bairro (a partir da planta do loteamento) e dos setores censitários do Censo Demográfico IBGE de 2010.

A rede hidrográfica é analisada, pesquisando-se a situação da qualidade das águas e grau de intervenção no canal e nascentes, como retificação, canalização, aterramento e rebaixamento de lençol freático. Para isso foram analisadas as cartas topográfica de 1979, escala 1:10.000, elaborado pela TERRAFOTO em 1979, as plantas de projetos dos loteamentos conforme aprovados, fornecidas pelo Departamento de Cadastro da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) da PMC, com escalas e datas diversas e o resultado da geração de um modelo digital de terreno (MDT), produzido através da interpolação de curvas de nível com a rede hidrográfica do Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC). Foi realizada a delimitação das microbacias e a classificação das ordens dos corpos d'água (1, 2, 3 e 4), com o uso do referido programa ARCGIS. Essas diferentes bases foram sobrepostas. Após o cruzamento das informações houve estudo "in loco", assim proporcionou melhor entendimento no processo de uso e ocupação do solo da microbacia Novo Maracanã.

Foi sistematizada uma caracterização atual e descrito um cenário tendencial. Para contrastar com esse cenário, foram sistematizadas premissas sobre a concretização futura do direito à cidade sustentável, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

3. A ÁREA DE ESTUDOS: CARATERIZAÇÃO ATUAL E CENÁRIO TENDENCIAL

A cidade de Campinas apresenta problemática urbanização, com ausência de implementação de uma cidadania completa, segregação socioespacial com clara distinção de qualidade da urbanização e das características socioeconômicas e culturais populações moradores entre as regiões norte/noroeste e sul/sudoeste. Estabelecem-se problemas ligados à saúde pública e ao saneamento básico que permeiam as regiões periféricas da metrópole concentradas majoritariamente ao sul e sudoeste. O cenário de Campinas na discussão de planejamento e gestão vem gerando novos padrões de bairros na cidade que continuam a não atender a um sistema de acesso universal à cidade a segregação espacial e não atende a um "urbanismo sustentável"[2].

O perímetro estudado está na porção sudoeste do município de Campinas, com características urbanas de um território eminentemente popular, onde se concentram os principais bolsões de pobreza da RMC. Região caracterizada com a presença massiva de conjuntos habitacionais de grande porte, loteamentos de baixo padrão e assentamentos autoconstruídos [5].

Seccionada pela Rodovia dos Bandeirantes e pelo corredor de exportação ferroviário, a região sudoeste tem como principal acesso Av. John Boyd Dunlop. A norte encontra-se o Complexo Delta, aterro sanitário municipal. A sul, fora da região, encontra-se o Aeroporto de Viracopos, em processo de expansão. A área escolhida para recorte é denominada microbacia Novo Maracanã, cujo curso d'água principal desagua no ribeirão Piçarrão. A bacia hidrográfica do Piçarrão é predominantemente urbanizada (fig.1).

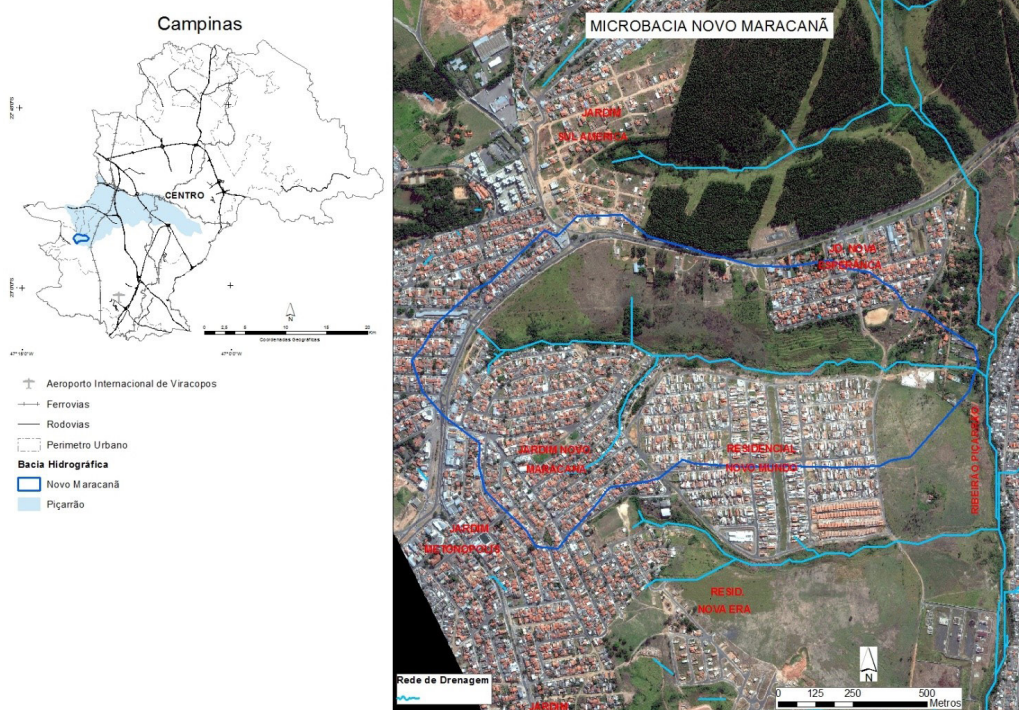


Figura 1 - Microbacia Novo Maracanã/Localização.
Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2016.

Há assentamentos precários e irregulares dentro do loteamento Jardim Novo Maracanã, denominados Núcleo Residencial Jardim Novo Maracanã, segundo o Plano Municipal de Habitação de 2011, implantados em duas praças previstas no loteamento. Essas ocupações já estão presentes em fotografias aéreas da Prefeitura de 1994. Apresentam diversas carências e riscos, especialmente por se situarem a córregos cujas águas estão contaminadas por esgotos, apesar dos loteamentos serem servidos de rede coletora de esgotos ligada a coletor-tronco para a ETE Capivari, construída em 2009.

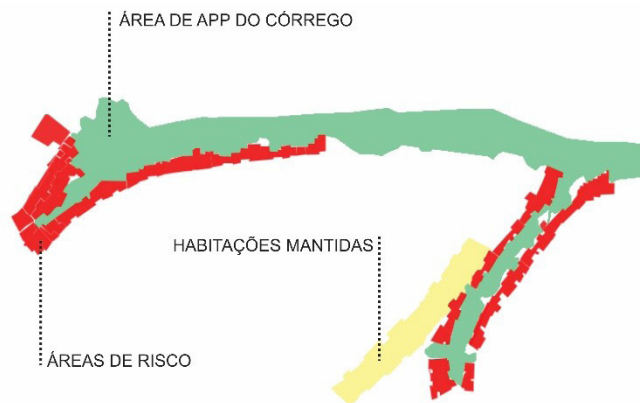


Elaborado: Laura Bueno, Simone Souza e Stefanie Rubia, 2016.

A predominância de assentamentos de moradores de baixa renda tem sido alimentada com empreendimentos de conjuntos habitacionais de interesse social construídos desde 1970 pela COHAB Campinas, tais como loteamentos do Residencial Cosmos feitos até 2010 e loteamentos do Residencial Novo Mundo, entregues em 2008 com 110 unidades habitacionais, em periferias com pouca oferta de emprego, condições precárias de infraestrutura, oferta insatisfatória de equipamentos e serviços urbanos e restrições de mobilidade. Em bairros próximos há empreendimentos recentes do Programa Minha Casa Minha Vida.

Atualmente o cenário da bacia destaca-se por ser uma região com moradores de baixa renda e lugar de urbanização desprovido de equipamentos públicos que possam atender a demanda do bairro. É contemplada com espaços livres sem função social, que não permitem em grande parte atividades recreativas, além de ter dentro do seu perímetro duas escolas voltadas para o ensino fundamental e médio e uma escola para o ensino infantil. Suas proximidades abrangem escolas, que atendem a população local e do distrito do Campo Grande, e duas naves-mãe. As bordas da bacia também possuem um equipamento voltado para a saúde, o pronto socorro do Campo Grande, e algumas regiões com comércio e serviço concentradas na avenida John Boyd Dunlop. Destaca-se também a proximidade com o terminal central do Campo Grande e a Subprefeitura do distrito.

Figura 2 - Diagnóstico da favela Novo Maracanã
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.



Caso o desenvolvimento continue sendo incentivar o setor privado a ocupar os lotes e glebas vazias da região, tende a aumentar a precarização dos serviços públicos e seus espaços verdes, como praças e parques. Há também a tendência em regularizar as áreas de assentamentos precários em suas zonas de risco, por se tratarem de áreas em zonas passíveis de regularização pela prefeitura apesar das condições de ocupação, e nova produção de conjuntos habitacionais sem qualidade arquitetônica agravando ainda mais a quantidade de população de baixa renda sem uma mistura de faixas e acesso a cidade, promovendo a desigualdade e segregação socioespacial.

4. PLANEJAMENTO E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: AGENTES NO CENÁRIO TENDENCIAL

Atualmente o plano diretor da cidade passa por um processo de revisão, bem como a LUOS. Novos eixos estratégicos são previstos para a cidade e a bacia hidrográfica em estudo. A propostas contemplam alterações significativas, como o perímetro urbano, estabelecido pela Lei 8.161/94, que passa a ter um aumento na porção noroeste da bacia. Em uma análise crítica o planejamento territorial brasileiro enfrenta cotidianamente o desafio de gerir territórios que convertem suas terras rurais em urbanas, dando margem para o crescimento horizontal das cidades o que acarreta em novas formas de urbanização e ordenamen-

to do território [6]. Devido ao alto grau de loteamentos vazios no interior das microbacias o aumento do perímetro urbano na região intensifica o espraiamento e a predominância de uma urbanização dispersa. No Plano Diretor atual são propostas ZEIS de regularização (loteamentos e favelas) e ZEIS de indução (vazios onde se priorizaria habitação popular), concentradas na área de estudo.

A proposta de novo zoneamento prevê para a área de estudo o uso de Zona Mista (ZM1), pretendendo promover o uso de bairros com misturas de uso residencial, não-residencial e mistos, permitindo usos de profissionais autônomos ou de caráter microempreendedores, com tipologias apenas horizontais de no máximo três pavimentos desde que não ultrapasse dez metros de altura. Promove também reconhecimento de Zonas de Centralidades (ZC2 e ZC4) destinados a eixo de comércio, uso misto, serviços e centros dos bairros, dando lugar a tipologias horizontais e verticais de no máximo vinte metros de altura, segundo a Zonas de Centralidades 2. A Zona de Centralidades 4, além de manter os objetivos da ZC2, reforça os principais centros da cidade e seus nós de centralidade com influência na estrutura urbana, permitindo tipologias verticais sem limite de altura e promove a habitação multifamiliar vertical. Promove também a regularização das áreas de ocupação (ZEIS 1) e incentiva a criação de novas zeis na bacia com a proposta de zonas especiais de interesse social de indução (ZEIS 2).

A consultoria que elaborou a proposta de nova LUOS também elaborou subsídios para o novo PD, que embasariam a nova lei. Passa-se a ter dez MZ com novas denominações. A macrozona intitulada urbana, com enfoque como setor de transformação inclui o Campo Grande e Ouro Verde. A proposta tem como objetivos "fomentar novas centralidades que ampliem a oferta de comércio, serviços, equipamentos públicos e empregos. Qualificar a urbanização, ampliar a oferta de transporte coletivo" [7].

Aliado a possível aprovação da nova concepção da LUOS, com liberação de mistura de usos e de ampliação da altura dos prédios trará como primeira consequência o aumento do preço das terras, devido às possibilidades futuras de ganhos pela possibilidade de aumento da área construída. Entretanto, o resultado prático dependerá de processos históricos – décadas – relacionados ao aquecimento ou não do mercado imobiliário e aplicação de instrumentos urbanísticos e fiscais para reduzir a retenção de terrenos vazios. A proximidade da microbacia ao Aeroporto de Viracopos pode ser um fator de animação do mercado e ocupação do local.

A população em geral possui preocupações com espaços que ofereçam equipamentos públicos e sejam dotados de infraestrutura de qualidade para frequentarem. Há total carência de praças, áreas verdes ecológicas de interesse municipal. Nota-se uma

carência de espaços públicos nas áreas afastadas da região central, o que leva a um deslocamento populacional em busca de lazer e qualidade ambiental. Assim o objetivo de requalificar a área deve se voltar para a priorização dos vazios urbanos em implantar equipamentos sociais e melhorias de infraestrutura urbana e social da região, devendo ser o foco principal da ação municipal im-plantar parques, praças e áreas de lazer e esporte, e não incentivar o adensamento da população de baixa renda nessa região que já passa por uma grande concentração de conjuntos habitacionais populares sem qualidade urbana.

5. DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS FUTUROS

Os terrenos que não estão sendo mais usados na área da bacia podem vir a ser áreas produtivas, onde residências, locais de trabalhos e espaços de lazer se mesclariam, incorporando uma maior conexão entre várias partes de um território além de propor uma estética que voltaria a valorizar a vida nos bairros com condições voltadas para o urbanismo ecológico, promovendo uma apropriação do território mais coesa com a realidade ambiental urbana em um direito a cidade saudável e sustentável.

Para recuperação de uma área de habitação precária em APP, "a primeira ação é levar infraestrutura: obras essenciais como abastecimento de água, esgotamento e tratamento sanitário de efluentes, drenagem de águas pluviais, contenção de erosão, estabilização de taludes, fornecimento de energia elétrica, prevenção e controle da poluição das águas e re-vegetação, além de áreas para uso de esporte, lazer bem estar" [8]. Parte-se da postura de que as intervenções em áreas ambientalmente sensíveis e de interesse social devem buscar a redução de danos socioambientais nas áreas ocupadas. Ao mesmo tempo, a pesquisa encontrou na concepção de espaços com compreensíveis através de "Uma linguagem de pa-drões"[9].

Em termos práticos, projetar utilizando a linguagem de padrões permite utilizar-se das ligações estruturais escalares que o padrão proporciona em relação aos outros padrões, dentro dessas grandes áreas (cidade, edificação e construção) de modo que ele ajude a configurar o desenho urbano desejável. O desenho urbano ao qual deseja se chegar possui uma complexidade que deve ser estudada para se obter um resultado satisfatório. Assim, são promovidos princípios flexíveis, adaptados as circunstâncias e condições da bacia com cuidado especial para o desenho sensível a água[10].

6. PRESSUPOSTOS PARA UM CENÁRIO DESEJÁVEL

As Diretrizes para as intervenções foram baseadas nos diversos autores citados e no estudo de programas e projetos (fig.3).

De modo geral a intervenção na bacia de estudo pretende aplicar instrumentos urbanos que promovam uma urbanização completa da área e com qualidade para os seus moradores. Tendo como partida as intervenções existentes e futuras, tais como propostas realizadas pelo plano diretor, como o traçado do BRT que está proposto dentro da bacia. Com expectativas de macro intervenções, há a proposta de um cenário que gere centralidade com o traçado de transporte sugerido, podendo beneficiar a região com a integração de modais de transportes limpos, como ponto de bicicletários articulados ao BRT, para alimentar a via de transporte que irá atender a região metropolitana de Campinas e trazer em contrapartida a proximidade do pedestre nas ciclovias e ciclofaixas da região. In-

tervenções que geram centralidades tendem a trazer benefícios locais, como uso de comércios e serviços.

Com a consolidação da favela em APP, propõem-se projeto de remoção das casas em situações de risco, as famílias são realocadas para a área da bacia com melhor infraestrutura e mante-se a proximidade das habitações com a sua área de origem. São propostas novas habitações (fig.4), para abrigar os moradores que já ocupavam a área e trazer nova população para o cenário desejado. Com a remoção de 139 unidades residenciais localizadas em área ambientalmente sensível e de risco, propondo a realocação para 216 novas unidades, que tem como objetivo atender a população removida e abrigar novos moradores.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Figura 3 – Diretrizes para o cenário proposto.

Sua função é garantir a moradia social com tipologias flexíveis que permitem unidades para uma pessoa, duas, e até unidades com oito pessoas, para famílias maiores. As diversidade tipologica permite que um casal, um idoso ou um jovem solteiro ocupem o mesmo espaço, dando preferencia para habitação de

idosos e pessoas com mobilidade restrita no térreo ou primeiro pavimento. Há também o mecanismo de manutenção das habitações, como o aluguel social, dando margem para sublocação de idosos ou casais sem filhos, que possam vir a se mudar futuramente sem necessariamente precisarem vender o aparta-

mento. Ou caso de famílias que precisam de uma moradia temporária em caso de despejo do local onde habitavam por se tratar de área de risco. O auxílio visa garantir direito à moradia, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº.742/93), além de contribuir para a manutenção do edifício.

Como proposta de unidade, propõe-se a abertura de vias para uma conexão entre bairros e como meio de acesso direto a principal via expressa da região, com cuidados voltados para a água, optando por construções como pontes quando necessário para a transposição do córrego, e não o seu aterramento, como geralmente acontece em casos de abertura de ruas.

Os espaços públicos muitas vezes encontram-se subutilizados e degradados no cenário atual, deseja-se consolidar espaços públicos agradáveis que possam ser usados e estimular a população a frequentar e cuidar de espaços coletivos. Por isso a implantação de parques, para gerar espaços recreativos, e possibilitar a utilização das áreas da bacia. Entende-se por espaços de qualidade os que proporcionam interações coletivas, espaços mais justos e gradáveis que combatem os enclaves fortificados [11].

Para enfatizar o uso de atividades recreativas e amenizar a carência na região por equipamentos que

ofereçam atividades culturais, é previsto a criação de um CEU. O CEU representa a ação de trazer para a periferia espaços de cultura e ensino, funcionando como um centro cultural integrado com esportes e educação.

Quanto aos cuidados voltados para o urbanismo ecológico o detalhamento do desenho urbano sensível à água inclui a construção de elementos para dificultar que os resíduos presentes nas ruas e calçadas (poluição difusa) cheguem nos corpos hídricos durante as chuvas, através de sua interceptação no sistema de condução das águas pluviais.

O mesmo detalhamento deve ser desenvolvido para os dispositivos para os usuários disporem os resíduos sólidos - recicláveis, reutilizáveis e orgânicos/molhados. Além do sistema de caçambas para coleta mecanizada, já implantado em diversos bairros de Campinas, é preciso no futuro efetivar as formas de coletar e comercializar os recicláveis e reutilizáveis.

A implantação adequada dos edifícios - equipamentos públicos e residenciais - explora o acesso solar para a produção de energia e para aquecimento da água, reduzindo a dependência dos usuários dos sistemas de energia. A iluminação pública também poderá se beneficiar do LED, de células fotovoltaicas e sensíveis à

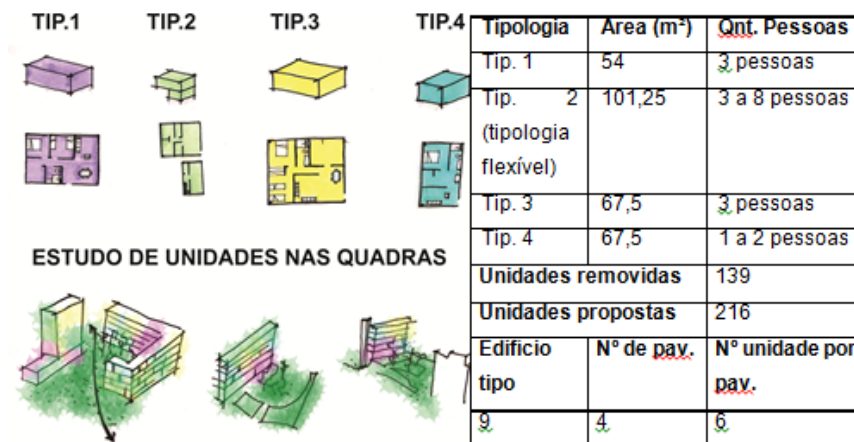


Figura 4 – Tipologias para HIS
Fonte: Elaborado pelos autores.

luz, de forma a melhorar eficiência, reduzir custos e manutenção[10].

A revitalização do corpo hídrico, tendo como base obras de infraestrutura que possam vir a recompor as áreas de inundação natural do curso d'água e sua vegetação ciliar (fig.5). Há também a preocupação de desenvolver junto ao córrego a proposta de um parque linear, que abrigue atividades de lazer e possa vir a ser um caminho agradável para o pedestre, visto que o parque linear mantém proximidade com as habitações e é um importante ponto de ligação para outras atividades da bacia, além de se tratar de uma área para a preservação da vegetação nativa, sendo

restrito em alguns trechos a circulação de pedestre, por ser destinado a recortes para vazão do córrego em épocas de cheia. O desenho de parques em áreas de APP vem sendo desenvolvido com a intenção de criar uma apropriação das pessoas em áreas públicas, o que evita a depredação de espaços urbanos por não promover lugares ociosos e sem identidade.

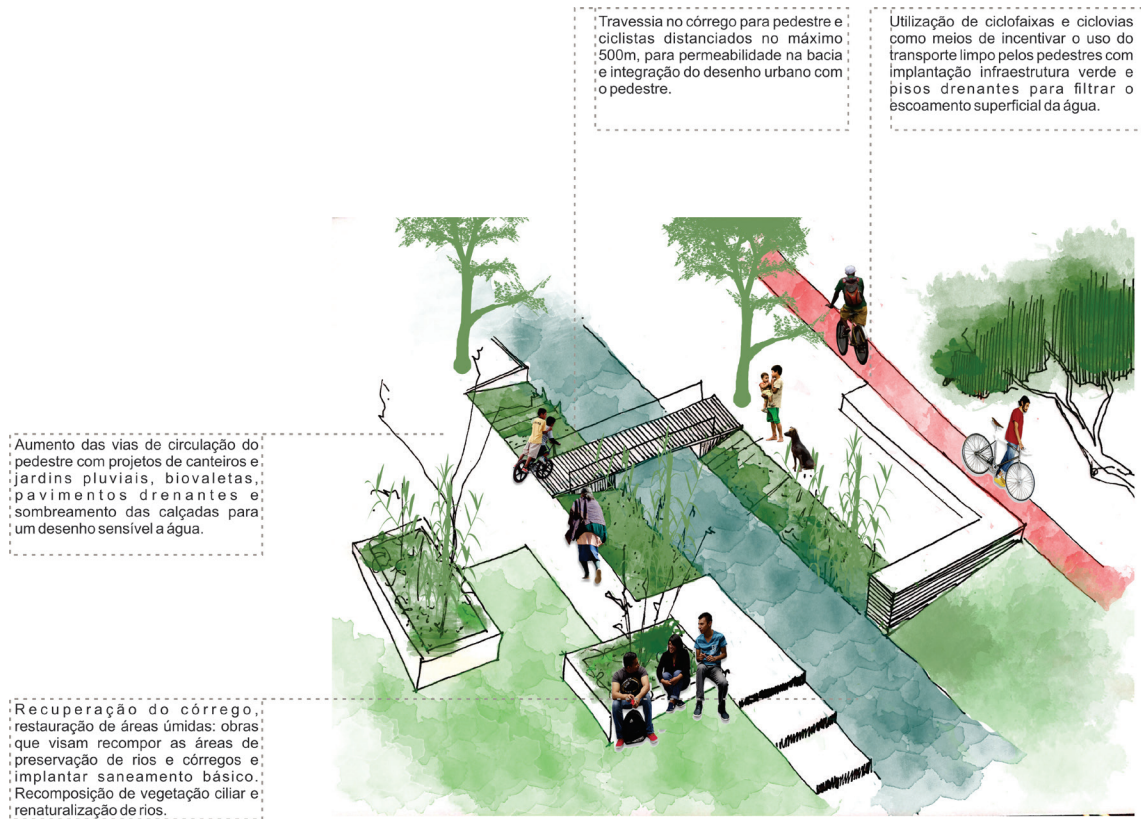


Figura 5 – Cenário 1: Recuperação de córrego e APP. Fonte: Elaborado pelos autores

Descrevemos então soluções e algumas opções morfológicas para objetivos de melhorar a perspectiva de qualidade de vida e ambiental de maneira a atender as comunidades e trazer a possibilidade de pertencimento a Campinas e à metrópole, para a população, não somente para o capital produtivo que usa as estruturas regionais e a mão de obra.

7. CONCLUSÕES OU CONCLUSÃO PARCIAIS, REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS

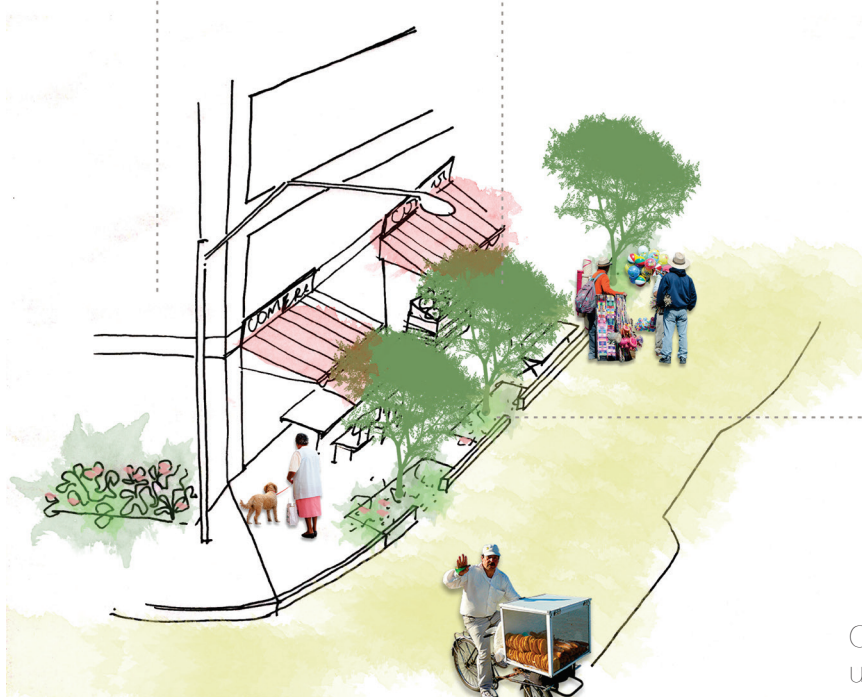
A proposta de uma localidade metropolitana precisa integrar-se no cenário regional. O crescimento das cidades exige um planejamento estratégico de forma que ajude na construção de espaços urbanos qualificados e inclusivos. Faz parte do plano diretor assegurar intervenções estratégicas imediatas e a longo prazo, a fim de direcionar a execução de planos e projetos para atender os objetivos estabelecidos. Abrindo processos participativos e democráticos para a construção de sociedades mais justas, pois a concentração de decisões na esfera pública tende a gerar um ambiente autoritário, que nega a qualidade de vida. Por séculos de estudos processos participativos vem sendo estudados como forma de implantar um urbanismo mais justo, a população anseia por participação democrática, por liberdade individual e respeito as minorias, representados por conquistas democráticas, "a democracia é por isto uma condição da qualidade de vida" [12].

É preciso superar a ideia de construções das cidades voltadas para um mundo em que os direitos da sociedade privada e a taxa de lucro superam todas as outras noções de direito, onde a qualidade de vida urbana torna-se uma mercadoria [13]. Tem-se que superar o processo de urbanização para o capital financeiro, que usa como instrumentos a desapropriação de terras dos menos favorecidos para desenvolver espaços para os mais ricos, espaços privatizados, fechados e monitorados. Mecanismos utilizados para separar os mais ricos dos mais pobres, onde se consolida a relação centro-periferia afirmada pelas diferenças de desigualdade social, que conformam e restringem a vida das pessoas a determinados tipos possíveis de encontros no espaço público.

A cidade é lugar de luta de classes [13], um passo para unificação dessas lutas é adotar o direito a cidade. Possibilita a criação de um amplo movimento social para fazer valer a sua vontade, para que os menos favorecidos possam lutar pela tomada do controle e direitos que por muito tempo sempre lhes foi negado, e instituir novas formas de urbanização e regularizações fundiárias. Assim a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo do termo.

Empreendimento para habitações, com diversos tipos de faixa de rendas, a uma distância que possa ser percorrida para a utilização do transporte público e incentivo de habitações com uso misto, para promover o comércio local.

Alargamento de calçadas priorizando o uso do pedestre na rua, com pavimentos drenantes, infraestrutura verde como canteiros pluviais para filtração de água e arborização linear para possibilitar maior sombreamento.

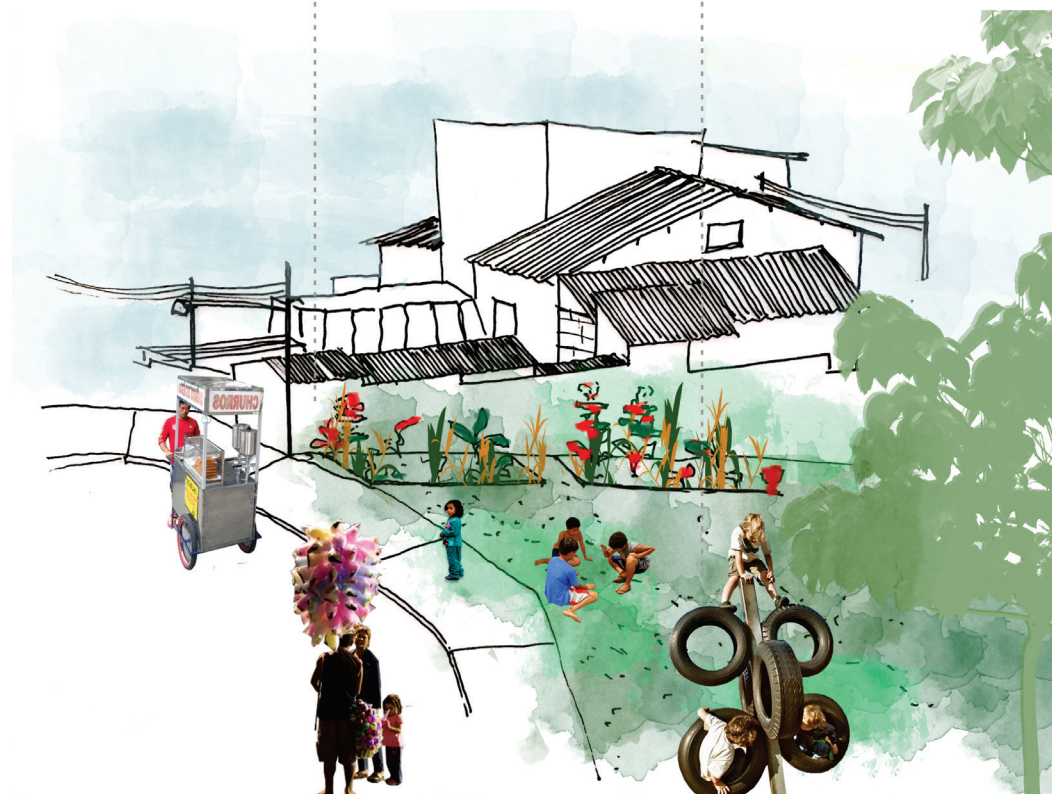


Adoção de dispositivos para conter a poluição difusa, ou para impedir que a poluição difusa chegue nos córregos.

Cenário 2: Edificações com uso misto.

Horta urbana e agricultura em lugares públicos, locais de moradia e jardins dos equipamentos públicos, para propósitos comunitários.

Requalificação de praças existentes com propostas de espaços verdes para brincar conectados com espaços públicos de esporte e lazer que configuram a unidade do bairro e atraem os moradores para uso social.



Cenário 3: Requalificação de áreas verdes.

Proposta de parques públicos, associados com áreas verdes, de lazer e esporte com equipamentos do tipo CEU, teatro e cinema para recreação.



Cenário 4: Parque público.

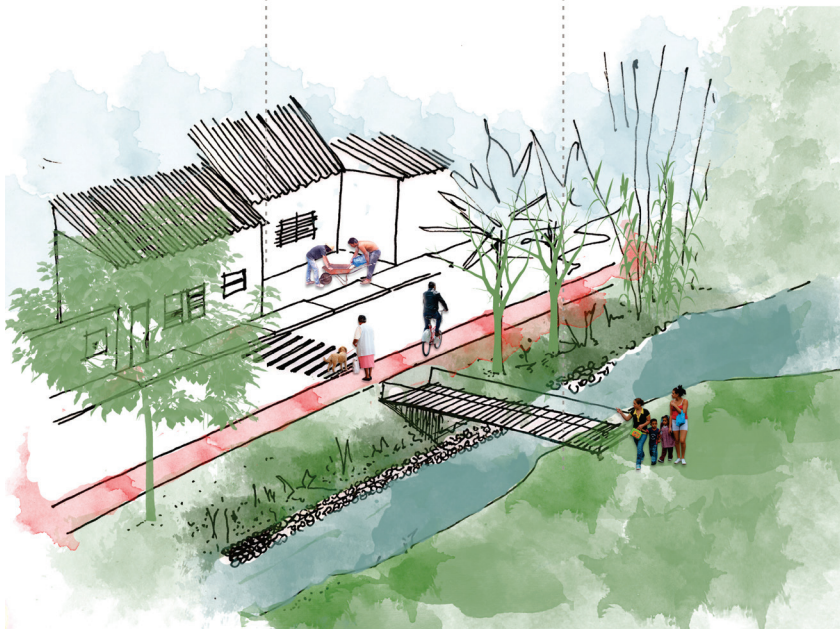
Incentivo de áreas voltadas a agricultura urbana e produções auto-suficientes de alimentos dentro da cidade, o que aproxima o produtor do consumidor e incentiva a economia local.



Cenário 5: Agricultura urbana.

Habitacões, com espaço da casa/lote separados do espaço coletivo/público por em desenho claro, voltadas para as águas com melhor qualidade de vida para os moradores e afirmação do desenho sensível às águas no meio urbano.

Opção por uso de solo verde para maior permeabilização da água em espaços públicos e sua filtração para a chegada em córregos com maior qualidade ambiental.



Cenário 6: Habitacões no parque linear com passarelas.

Agradecimentos

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Laura Bueno, pela dedicação à pesquisa e empenho em expandir nossos conhecimentos, à Simone Bandeira Souza por sua dedicação, apoio técnico e auxílios prestados, ao grupo de alunos envolvidos na pesquisa que viabilizaram os resultados obtidos e a troca de conhecimento. Ao CNPq pela concessão da bolsa e à PUC-Campinas, pela viabilização da pesquisa.

Referências

- [1] BUENO, L. M. M. Reflexões sobre o futuro da sustentabilidade urbana a partir de um enfoque socioambiental. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 19, p. 99-121, 2008.
- [2] ANDRADE, Liza. Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e no nível da paisagem. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília. Brasília, 2014.
- [3] SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2010.
- [4] MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. Debate Aberto. Disponível em <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/artigos/artigo_ermينيا.pdf>.
- [5] ROLNIK, Raquel. O programa minha casa minha vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: Aspectos socioespaciais e segregação. São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 127-154, maio 2015.
- [6] SANTORO, Paula Freire; COBRA, Patrícia Lemos e BONDUKI, Nabil. Cidades que crescem horizontalmente: o ordenamento territorial justo da mu-dança de uso rural para urbano. Caderno Metrópoles, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 417 – 440, jul/dez 2010.
- [7] FUPAM. Cadernos de Subsídios para a Revisão do Plano Diretor. Campinas, 2015.
- [8] BUENO, Laura M. M. e ALMEIDA, Estela. R. Estudos de adaptação: dilemas da regularização de bairros com favelas com Áreas Ambientalmente Sensíveis. IN: Cadernos PROARQ, nº.24, pp. 80-98, julho 2015.
- [9] ALEXANDER, Christopher et all. Uma linguagem de padrões: A Pattern Language. Porto Alegre, Editora Bookman, 2013.
- [10] MOSTAFAM, Mohsen e DOHERTY, Gareth. Eco-logical Urbanism. Barcelona - Espanha, Editora Gustavo Gilli 2014.
- [11] CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: A nova segregação urbana. IN: Novos Estudos, nº.47, pp. 155-176, março 1997.
- [12] BUARQUE, Cristovam. Qualidade de vida: A modernização da Utopia. IN: Lua Nova: Revista de cultura e política, nº31, 1993.
- [13] HARVEY, DAVID. O direito à cidade. IN: Revista Piauí, nº82, julho 2013.

HIERARQUIAS URBANAS - RAZÕES E CONSEQUÊNCIA DOS DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS DE JUNDIAÍ NOS SÉCULOS XVIII E XIX

O presente artigo visa contribuir para o debate sobre a história da urbanização no período colonial e do primeiro Império, a partir do estudo de caso de Jundiá-São Paulo, entre 1655 - quando esta povoação é elevada a vila, se desmembrando da vila de Santana do Parnaíba, e 1857 - ano do desmembramento da vila de Nossa Senhora do Belém, atual Itatiba. A pesquisa tem como objetivo espacializar, na escala do território, a rede de núcleos urbanos formados a partir de bairros rurais da vila de Jundiá, da construção de capelas, da elevação de freguesias e seus desmembramentos, dando origem a outras vilas. Apresenta-se também a análise da constituição do termo da vila de Jundiá, demonstrando as relações entre o "Bairro da Vila" - núcleo urbano propriamente dito, onde se localizava a igreja matriz e o edifício da Câmara, sede do poder civil - e os bairros rurais, ou espaço periurbano. A pesquisa desenvolveu-se a partir de documentação primária que faz parte do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo - Maços de População e Cartografia Histórica - de ofícios sobre os atos de instalação das capelas e das freguesias e da documentação das câmaras nos atos de ereção das vilas. A partir da análise desses documentos a pesquisa visa elucidar a formação histórica de parte do território paulista no período em questão.

Rodrigo de Azevedo

Profa.Dra.RenataBaessoPereira
História das Cidades: Ocupação territorial e Ideários Urbanos

1. INTRODUÇÃO

Os estudos consagrados da historiografia sobre a urbanização brasileira, sobretudo as obras de REIS (2000, 2001, 2013, 2014) e MARX (1991), demonstram, em termos gerais, os procedimentos envolvidos na ocupação do território nos períodos colonial e imperial. Contudo, as pesquisas na área ainda podem avançar, a partir de estudos de caso que, apoiados na historiografia consagrada, podem apontar especificidades e elucidar as relações entre o urbano e o rural nos séculos XVIII e XIX na Capitania e depois Província de São Paulo. O presente artigo apresenta, portanto, uma contribuição para o debate sobre a História da Urbanização no período colonial, e do primeiro Império, a partir do estudo de caso de Jundiá - São Paulo, entre 1655, quando esta povoação é elevada a vila e desmembrada do território de Santana do Parnaíba, e 1857, ano do desmembramento da vila de Itatiba.

2. ANÁLISE DOS DESMEMBRAMENTOS DE JUNDIAÍ

Para compressão dos processos de desmembramento territorial de Jundiá nos séculos XVIII e XIX através das fontes primárias de pesquisa, tais como os documentos históricos, a cartografia da época e os maços de população, foi necessário entender os fatos anteriores e posteriores à essas emancipações. Jundiá tem origem em 1665 de um desmembramento da cidade de Santana do Parnaíba, que também é fruto de uma divisão territorial de São Paulo em 1625. Já depois da emancipação em 1665, a cidade passa por três desmembramentos em seu território até o final do século XIX: Mogi-Mirim (1769), Campinas (1797) e Itatiba (1857). E outros quatro no século XX, com a fundação dos municípios de Vinhedo em 1948; Itupeva, Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista, em 1964.

A maioria das cidades que se separaram de Jundiá também passaram por desmembramentos posteriores, dando origem a outras cidades. No total, esse processo teve sete graus de desmembramento e 87 municípios formados a partir do território original de Jundiá, nos atuais limites de São Paulo. Através de um levantamento de dados no livro "Municípios e

Distritos do Estado de São Paulo" (1995) houve um estudo para compreender as dimensões do termo de Jundiá, assim como o processo de fragmentação do território original da vila do ponto de vista institucional.

Através da base documental do Arquivo Público do Estado de São Paulo – Maços de População foi feita uma análise comparativa entre Jundiá e os três primeiros municípios desmembrados do seu termo original até o final do século XIX: Mogi-Mirim (1769), Campinas (1797) e Itatiba (1857). Para isso foram selecionados recortes temporais estratégicos do ponto de vista do desmembramento territorial, ou seja, períodos de elevação de um povoado à condição de freguesia ou de uma freguesia ao status de vila. Esses recortes respeitam o período de abrangência dos Maços de População (1765-1850) e contribuem para uma análise comparativa de dados econômicos e demográficos entre municípios.

2.1 DESMEMBRAMENTOS DA VILA DE MOGI-MIRIM DA VILA DE JUNDIAÍ EM 1769

Esse recorte temporal é referente ao primeiro desmembramento territorial de Jundiá, em 1769, ano de elevação da então Freg. de São José do Mogi-Mirim ao status de vila. O recorte busca entender as rela-

-ções políticas, sociais e econômicas da época entre freguesia-vila e vila-vila, após o desmembramento. Entretanto, na ausência de documentações primárias referente ao período na série Maços de População – do Arquivo Público, não foi possível realizar estudos que elucidassem o processo institucional de formação da Vila Mogimirim.

Nesse sentido a pesquisa desse período limitou-se a análise territorial de Jundiá e Mogi-Mirim em 1769. Esse primeiro desmembramento representou para Jundiá a perda de uma vasta extensão de terra pois cerca de 90% de seu termo (28021,996 km²) que passa a compor a jurisdição da Vila de Mogimirim. Com essa alteração a então Vila Jundiáhy perde importância em termos territoriais na Capitania de São Paulo. O gráfico abaixo e os mapas produzidos sob a atual divisão político-administrativa, e também sobre o atual limite de São Paulo, ajudam a ilustrar esse processo em Jundiá.

Conforme a legenda do mapa é possível identificar a Freguesia de São José do Mogi-Mirim no termo da vila em todo noroeste do estado, que separa de Jundiá após 1769.



Figura 1: mapa do termo da Vila de Jundiáhy até 1769 sob a atual divisão político-administrativa do estado.

2.2 A ELEVAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DAS CAMPINAS NO TERMO DA VILA DE JUNDIAÍ

O ano de 1774 é referente ao processo de fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso no termo da Vila de Jundiáhy. Nesse recorte temporal a pesquisa

busca entender as relações de Campinas com Jundiá, tanto na condição bairro-vila quanto na condição freguesia-vila, após a ereção da capela e sua elevação a Matriz. Fundada um ano antes do fim do governo do Morgado de Mateus, a formação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, em 1774, e a criação da Vila de Mogimirim, em 1769, estavam atreladas a estratégia do governo na conso-

-lidação do território paulista.

Nos Maços de População de 1774 é possível fazer uma análise da estrutura da Vila de Jundiáhy pouco antes da formação da Freguesia. Nessa época ainda não existe a produção dos "mapas gerais", visto que esses só são implantados com a "Ordem Regia de 21 de Outubro de 1797" que estabelecia um levantamento demográfico por segmentos da população (brancos, pretos livres, pretos cativos, pardos livres e pardos cativos). Dessa forma não foi possível o levantamento total da população da vila e do Bairro do Mato Grosso, com as respectivas análises dos segmentos da população. Esse cálculo da população da Vila de Jundiáhy é feito de uma forma muito simples apenas nos Maços de 1776, depois da fundação da Freguesia das Campinas.

Entretanto antes de passar aos maços de 1776, é interessante fazer algumas observações sobre os Maços de 1775, nos documentos o que mais chama a atenção é que não houve nenhum registro nem sobre Bairro do Mato Grosso e nem sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas. O que existe é apenas um texto no final dos Maços de População assinado por Francisco Barreto Leme, então nomeado diretor da Freguesia, do qual não é possível identificar o assunto, mas que consta a palavra "Campinas" e a data de 16 de julho de 1775. Esse texto afirma que mesmo não havendo os registros nos maços de 1775 a Freguesia das Campinas já existia no termo da Vila de Jundiáhy.

Em 1776, os registros dos maços de população finalmente constam a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Campinas, de forma destacada do restante da Vila de Jundiáhy. Embora não houvesse um "mapa geral", os maços de 1776 se apresentam mais elaborados que os anteriores. Ao longo da listagem dos maços de população da Vila de Jundiáhy há a enumeração de todos os habitantes, sendo possível identificar o número total de moradores da vila. Nesse levantamento consta que a população da Vila de Jundiáhy era de 3.243 habitantes, dos quais 2.799 moravam na vila propriamente dita e outros 444 residiam na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas dois anos após sua fundação. O que representa cerca de 14% da população total da vila morando na freguesia.

Fazendo um cálculo com os 2.799 habitantes da Vila de Jundiáhy, excluindo os habitantes da freguesia, e dividindo pelos 10 bairros existentes em 1796 chega-se a uma média de 280 pessoas por bairro. Esse número representa cerca de 9% do total de habitantes da vila, apenas 5% a mais que a Freguesia das Campinas. Em uma análise crítica desses números, a porcentagem de habitantes da freguesia não era muito mais expressiva que os demais bairros da Vila de Jundiáhy, o que pode indicar que o processo de fundação

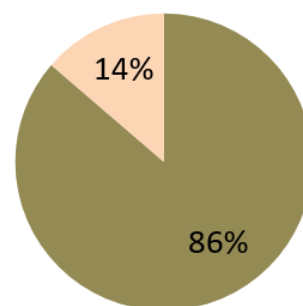
da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Campinas não foi motivado apenas por questões demográficas, mas sim pelo papel estratégico da região nas questões políticas, militares e econômicas.

2.3 O DESMEMBRAMENTO DA VILA DE SÃO CARLOS DA VILA DE JUNDIAÍ EM 1797

O segundo recorte temporal para análise de Jundiá e Campinas é o de 1797, ano de desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas e de sua elevação ao estatuto de vila. Em janeiro de 1797, portanto antes do desmembramento da freguesia e sua elevação ao status de vila, os Maços de População de Jundiá apresentam uma subdivisão em três Companhias de Ordenanças, uma da própria vila e outras duas referentes à freguesia. Fazendo um comparativo com os maços de Campinas, após o desmembramento em meados de 1797, é notável a continuidade na organização institucional-militar do território, já que as duas Companhias de Ordenanças que pertenciam à freguesia são transferidas à nova Vila de São Carlos mantendo seus respectivos comandantes; Capitão Antônio Ferras de Campos da primeira companhia e Capitão Felipe Neri Teixeira da segunda companhia.

POPULAÇÃO TOTAL DA VILA DE JUNDIAHY - 1774

■ VILA DE JUNDIAHY ■ FREG. DAS CAMPINAS



Por meio da análise dessa estrutura organizacional dos "bairros" foi excluída a possibilidade de que alguns povoados ligados à Vila de Jundiá tenham passado a compor o termo da nova Vila de São Carlos. Nos Maços de 1797 de Jundiá, constam doze bairros (Villa, Cururu, Iтуpeva, R. Abaixo, Capivari, Caixueirinha, Atibaya, Jundiáhy Mirim, Capão, Iturucaya, Rio das Pedras e Japi), já nos maços de Campinas, constam outros seis bairros (Villa, Anhumas, Capivary, Ponte Alta, Atibaia e Dois Córregos). Apensar da semelhança nos nomes, o caso dos bairros de Capivari e Atibaya de Jundiá e dos bairros Capivary e Atibaia de Campinas não são os mesmos locais. A primeira confirmação disso é a própria grafia dos nomes, enquanto nos maços Jundiá o bairro Capivari é escrito com "i" e

Atibaya com "Y" em Campinas é justamente o oposto, o que demonstra justamente uma intenção da época de distinguir dois territórios de nomes semelhantes. A segunda confirmação é o fato de que os Cabos, membros das Companhias de Ordenanças responsáveis pelos bairros, não são os mesmos, consequentemente não há a continuidade institucional-militar esperada se fossem os mesmos bairros. Além mostrar que Capivary e Atibaia não eram originalmente bairros de Jundiá, esses dois exemplos revelam que todos os bairros de Campinas foram criados, isto é, seus territórios foram delimitados após o desmembramento da freguesia da Vila de Jundiá. Entende-se que muito provavelmente o território correspondente a estes bairros já era ocupado pela população e por lavouras mesmo quando Campinas ainda era uma freguesia.

Com base nos "mapas gerais" foram produzidas análises que possibilitam uma comparação entre a Vila de Jundiá e a Freguesia das Campinas. O levantamento mostra o que representava a freguesia em termos populacionais para a Vila de Jundiá na época, apontando questionamentos pertinentes a esses dados. O estudo apresenta que cerca de 43% (2670 habitantes) da população total de Jundiá residia na Freguesia das Campinas, ou seja, uma parcela significativa da população. O alto número de habitantes residentes na Freguesia revela a importância de Campinas para Jundiá pouco antes de sua emancipação, e talvez uma polarização da vila em duas centralidades importantes. Os números também indicam que o processo de emancipação, possivelmente, foi tardio para Campinas, uma vez que essa já representava significativa importância populacional, econômica e territorial na Vila de Jundiá.

Em estudos ainda referente a fundação da Freguesia das Campinas foi realizado nos mapas de 1799, dois anos após o desmembramento. Nesse intervalo de tempo as análises dos mapas são voltadas para a comparação dos dados demográficos e econômicos das duas vilas, através da comparação dos mapas gerais dos anos de 1797 e 1799. Apesar de tratar exclusivamente de dados censitários esses mapas também são possíveis indicadores de crescimento econômico. Em um balanço final calculado nota-se uma diferença do ritmo de crescimento de cada vila, enquanto Jundiá tem uma expansão da população de apenas 3,8% (135 habitantes), Campinas apresenta uma taxa de crescimento muito superior no mesmo período, 17,9% (432 habitantes). A diferença no ritmo de crescimento é resultado dos distintos momentos políticos das vilas, ou seja, enquanto Jundiá lamenta os desmembramentos do seu termo original, Campinas comemora sua autonomia.

Outra análise de 1799 focou-se na comparação de dados econômicos das vilas de Jundiá e São Carlos através do levantamento de dados dos "mapas gerais

de ocupações dos habitantes" de cada uma das vilas. Através desses mapas é possível identificar o perfil de trabalho de cada vila e consequentemente o perfil produtivo, como mostra a tabela a seguir:

MAPA GERAL DE OCUPAÇÕES	VILA SÃO CARLOS	VILA JUNDIAÍ
Corpo Militar	240	224
Empregos Civis	10	12
Clero Secular	3	3
Clero Regular	1	-
Agricultores	200	415
Negociantes	3	21
Artistas	37	29
Jornaleiros	26	66
Escravos	335	415
Escravas	301	269
Vadios e Mendigos	50	79
Vendilhões e Ocupados em Tavernas	10	-

Nessa tabela de ocupações das duas vilas é possível notar o predomínio de três grandes funções de trabalho; o trabalho escravo, de agricultores e do corpo militar. Juntas, essas três ocupações representavam quase de 90% das funções de trabalho em ambas as vilas, o que mostra a importância da produção de agrícola e do corpo militar na defesa do território. Fazendo um comparativo entre os dados das vilas é notável a diferença na proporção de escravos e agricultores; Campinas apresenta cerca de 52% da população em atividade escrava e apenas 17% como agricultores, já Jundiá possui cerca de 45% de pessoas ocupadas em atividade escrava e 27% como agricultores. O fato de haver um contingente proporcionalmente maior de escravos na Vila de São Carlos indica um possível perfil mais escravocrata da vila, voltado à agricultura de exportação através dos engenhos de açúcar. Mesmo com um número ligeiramente maior de escravos em relação à população branca, Jundiá apresenta também uma significativa parcela da população ocupada com o cultivo de arroz, feijão, milho e toucinho tanto para subsistência, quanto para o mercado local.

Esses cenários talvez estejam ligados a todo o processo de desmembramento territorial, no qual Campinas mesmo com autonomia é colocada em um patamar periférico, de centralidade secundária e Jundiá por se tratar de um território consolidado, como uma localidade mais valorizada. O próprio perfil de ocupação é uma reafirmação disso, comparando as duas vilas no número de pessoas ocupadas em "empregos civis", "negociantes" e "jornaleiros", é evidente

que em Jundiáí esse número é maior. Isso demonstra um território urbano mais consolidado, com um perfil de trabalho mais desenvolvido em funções urbanas.

Em termos territoriais, emancipação da Freguesia das Campinas em 1797 foi bem menos significativa que da Freguesia de São José do Mogimirim. Mesmo assim, a proporção territorial desmembrada ainda é alta, com a fundação da Vila São Carlos perde-se 56% do termo de Jundiáí. Nesse período, o território da Vila de São Carlos ainda compreendia as atuais cidades de Americana, Sumaré, Paulínia, Valinhos, Nova Odessa, Hortolândia e parte de Cosmópolis e Holambra. O mapa abaixo mostra os limites da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas no termo da vila de Jundiáí pouco antes da emancipação em 1797:



Figura 2: mapa do termo da Vila de Jundiáhy até 1797 sob a atual divisão político-administrativa do estado.

2.4 A ELEVÇÃO DA FREGUESIA DE N. SRA DO BETHLÉM NO TERMO DA VILA JUNDIAÍ EM 1830:

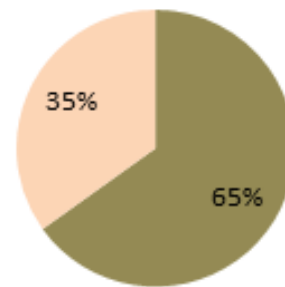
O recorte temporal de 1830 é referente ao processo de fundação da Freguesia de Nossa Senhora Bethlém, atual Itatiba. Em um levantamento dos Maços de População de Jundiáí foi realizado um estudo comparativo entre os Maços de 1830, anterior ao processo de criação da Freguesia, e os maços de 1832, após a fundação. Nos levantamentos de 1830, quando Itatiba ainda era um bairro rural de Jundiáí, a estrutura organizacional das "Companhias de Ordenanças" é mantida de uma forma geral. A única alteração significativa é a extinção da divisão por localidade nos Maços de População, ou seja, o fim da organização por "bairros" nas documentações oficiais. Essa alteração impossibilita compreensão de qual bairro rural pertencia a determinada Companhia de Ordenança, como ocorria nas outras análises.

Já no ano de 1832, além de ser o primeiro registro dos dados demográficos de Itatiba nos maços de Jundiáí, também foi o primeiro ano de documentação depois da transição administrativa das "Companhias de Ordenanças" para o "Juízo Municipal Distrital". O fato de não ocorrer a documentação dos Maços de

População de Jundiáí em 1831 possivelmente está ligado ao período de transição administrativa que acontece nesse mesmo ano. Já o início da documentação exclusiva dos dados populacionais de Itatiba está ligado ao novo status alcançado, que faz a Freguesia do Bethlém ter uma documentação destacada do restante da Vila de Jundiáhy.

Nessa documentação foi possível contabilizar

POPULAÇÃO TOTAL DA VILA DE JUNDIAÍ - 1830 e 1832
■ VILA DE JUNDIAHY 1830 ■ FREG. DO BETHLÉM 1832



o número preciso de moradores da freguesia recém-criada, 1.963 habitantes, dos quais 1.539 eram livres e 424 escravos. No entanto, o levantamento total dos habitantes da Vila de Jundiáhy não ocorreu, visto que os maços estavam incompletos em 1832. Dessa forma, em uma tentativa de entender o que era Itatiba nesse período de transição foi feito um estudo comparativo dos dados de 1830, com os de 1832. Embora haja um intervalo de dois anos entre as duas datas, somente através dessa comparação é possível compreender aproximadamente o que era o Bairro do Atibaia (Itatiba) em termos demográficos para Jundiáí.

Esse alto número de habitantes mostra a importância da região de Itatiba no termo da Vila de Jundiáhy, que provavelmente já almejava a muito tempo a elevação a Freguesia com a ereção da Capela de Nossa Senhora do Belém. Uma prova disso é um documento levantado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo datado de 1828. O documento traz relatos sobre as dificuldades dos moradores do Bairro do Atibaia no deslocamento até a matriz de Jundiáí para registros de nascimentos e casamento.

Já territorialmente a emancipação de Itatiba, em 1857, tem dimensões muito menores que as anteriores, pois Jundiáí perde 35% da área total da vila. Esse número inferior está ligado ao próprio processo de fragmentação de Jundiáí, que já não é a extensa vila do século XVII. Dessa maneira é possível entender que a proporção dos desmembramentos está ligada diretamente com as extensões territoriais, ou seja, quanto menor era o território de Jundiáí menor eram os territórios desmembrados. Segue abaixo o mapa de Jundiáí antes sua terceira emancipação, de Itatiba:



Figura 3: mapa do termo da Vila de Jundiáhy até 1857 sob a atual divisão político-administrativa do estado.

3. ANÁLISE DACARTOGRAFIA HISTÓRICA, A RELAÇÃO DOS BAIRROS RURAIS COM A FORMAÇÃO DE FREGUESIAS E VILAS:

A partir de um recorte no mapa de 1890, "Viação Férrea nas Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais", levantado na Biblioteca Digital Luso-Brasileira, complementa-se a análise do território original de Jundiáí. Embora a cartografia seja bem posterior os desmembramentos estudados, visto que os levantamentos cartográficos do estado só foram produzidos no ciclo do café, ainda é possível notar algumas informações que datam do período dos desmembramentos. Itatiba, por exemplo, por se tratar da emancipação mais recente de Jundiáí, ainda é nomeada com Bethlém (4), nome da antiga Freguesia. Já em Campinas(3), os bairros apresentados no recorte temporal de 1799 dos Maços ainda constam na cartografia, depois de quase um século, como o caso dos bairros do Boa Vista (B) e Anhumas(C). O mesmo acontece em Jundiáí (1) com o bairro da Rocinha (A), levantado nos maços de população de 1776, que ainda consta no mapa antes da formação da cidade de Vinhedo.

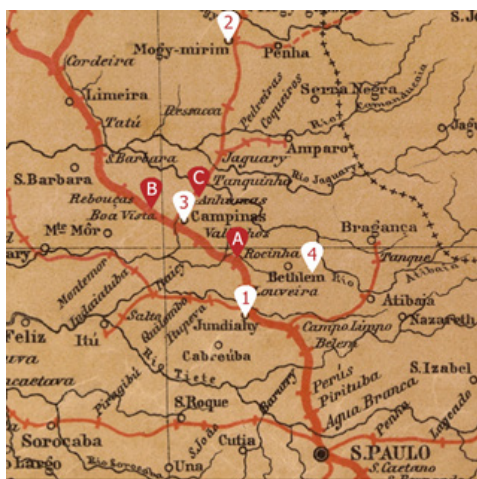


Figura 4: análise de cartografia histórica; relações vilas, freguesias e bairros rurais. Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Referências Bibliográficas

- 1.SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento – Municípios e Distritos do Estado de São Paulo. Instituto Geográfico Cartográfico – São Paulo: IGC, 1995..
- 2.Arquivo Público do Estado de São Paulo. "Viver em São Paulo. Recenseando a população". <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php> > Acesso em agosto de 2015.